

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2025
Proposta da Administração para Deliberação na Assembleia Geral Ordinária a
ser realizada em 19/05/2025



ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta – Código CVM nº 10456

CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05

NIRE nº 35300025270

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 19/05/2025

Prezados Senhores,

Diante da convocação da AGO a ser realizada em 19 de maio de 2025, a Administração da Alpargatas S.A. submete à apreciação de seus Acionistas esta Proposta da Administração (“Proposta”), com todos os documentos e informações necessários à avaliação e deliberação pelos Acionistas das matérias constantes da ordem do dia da AGO, conforme a seguir exposta.

1. Itens de deliberação:

- (1) Tomar as contas dos administradores, apreciar, discutir e votar o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024**

A Administração propõe a aprovação do Relatório da Administração, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração em 21/02/2025, divulgadas na mesma data nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), e publicadas em 25/02/2025 no “Jornal Valor Econômico”.

Vale notar que a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. No mesmo sentido, o Comitê de Auditoria da Companhia emitiu, em 18/02/2025, parecer sem ressalvas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o referido exercício.

Por fim, a Administração ressalta que, em atendimento ao disposto no Art. 10, inciso III, da Resolução CVM 81/2022, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, estão disponíveis nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.alpargatas.com.br>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) na rede mundial de computadores (internet), além de constarem como **Anexo I** a esta Proposta.

- (2) Aprovar as propostas de orçamento de capital para o ano de 2025 e da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024, bem como a distribuição de resultados mediante pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio**

O Conselho de Administração submete e propõe aos Acionistas aprovar o Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2025, no valor de R\$220.607.304,82 (duzentos e vinte milhões, seiscentos e sete mil, trezentos e quatro reais e oitenta e dois centavos), dos quais: (i) R\$143.166.482,28 (cento e quarenta e três milhões, cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos)

direcionados a projetos ligados à sustentação da operação; (ii) R\$28.440.095,85 (vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta mil, noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos) destinados a projetos que visam à redução de custos e ganho de eficiência; e (iii) R\$49.000.726,69 (quarenta e nove milhões, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos) referentes a projetos com foco no crescimento da Companhia.

O lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 107.978.542,45 (cento e sete milhões, novecentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos). O Conselho de Administração submete e propõe aos Acionistas, recomendando a sua aprovação na AGO, a seguinte destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2024:

- (i) Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei das S.A., no montante de R\$ 35.641.626,86 (trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos);
- (ii) Constituição de Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A., no montante de R\$ 3.616.845,78 (três milhões, seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos).
- (iii) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos seguintes montantes:
 - a. a título de dividendos, o valor de R\$ 17.180.017,45 (dezessete milhões, cento e oitenta mil, dezessete reais e quarenta e cinco centavos), correspondente ao valor de R\$ 0,02418236607 por ação ordinária e R\$ 0,02660060267 por ação preferencial (ALPA4) (excluídas as ações em tesouraria); e
 - b. a título de juros sobre o capital próprio, o valor bruto de R\$ 51.542.903,01 (cinquenta e um milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e três reais e um centavo)¹, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,07255111074 por ação ordinária e R\$ 0,07980622181 por ação preferencial (ALPA4) (excluídas as ações em tesouraria).

Conforme informado por meio dos Avisos aos Acionistas divulgados pela Companhia em 24 de fevereiro de 2025 (repblicado em 25 de fevereiro de 2025, 26 de fevereiro de 2025 e 7 de março de 2025 com ajustes) e 16 de abril de 2025, os dividendos e juros sobre o capital próprio acima declarados serão pagos aos Acionistas em 20 de maio de 2025 mediante depósito em conta corrente. Farão *jus* aos dividendos e juros sobre capital próprio acima citados os acionistas detentores de ações da Companhia em 27 de fevereiro de 2025. Dessa forma, a partir de 28 de fevereiro de 2025 (inclusive), as ações da Companhia passaram a ser negociadas “*ex-dividendos e JCP*”.

Ressalta-se que as informações requeridas pelo Anexo A da Resolução CVM 81/2022, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu *website* (<http://ri.alpargatas.com.br>) e no *website* da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>), também estão disponíveis no **Anexo II** desta Proposta.

(3) Fixar o número de membros do Conselho de Administração

¹ Referido valor engloba: (i) R\$ 51.540.052,36, referente a lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) R\$ 2.850,65, referente a dividendos e JCP prescritos de exercícios anteriores.

Nos termos do disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para esta AGO, a definição do número de membros do Conselho de Administração deve ser objeto de deliberação quando o estatuto social dispõe sobre um número fixo para a composição do Conselho de Administração.

Dessa forma, a Administração propõe, dentro do limite estabelecido pelo art. 14 do Estatuto Social da Companhia, que seja mantido o atual número de assentos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato, isto é, de 8 (oito) conselheiros.

(4) Deliberar acerca da independência de candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração

Nos termos do art. 7º do Anexo K à Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80/2022”) a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como membros independentes deve ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Em observância aos critérios estabelecidos pela Resolução da CVM nº 168, de 20 de setembro de 2022, os candidatos a Conselheiros Independentes são: Sr. Marcelo Pereira Lopes de Medeiros e Sra. Stacey Kirkpatrick Brown. Para mais informações sobre os candidatos a Conselheiros Independentes, vide documento constante do **Anexo III** desta Proposta.

Dessa forma, a Administração submete e propõe aos Acionistas que aproveem, no âmbito da AGO, a caracterização do Sr. Marcelo Pereira Lopes de Medeiros e Sra. Stacey Kirkpatrick Brown, como membros efetivos e independentes do Conselho de Administração, em observância aos critérios de independência estabelecidos pelo art. 6º do Anexo K da Resolução CVM 80/2022.

Nos termos do art. 7º, I, do Anexo K à Resolução CVM 80/2022, a Companhia obteve a declaração dos membros acima atestando o seu enquadramento nos critérios de independência estabelecidos no art. 6º do Anexo K à Resolução CVM 80/2022. Além disso, a Administração da Companhia manifesta-se favoravelmente à caracterização de independência dos conselheiros indicados acima, nos termos da legislação aplicável.

(5) Eleger os membros do Conselho de Administração para o mandato de 1 (um) ano

Tendo em vista o encerramento do mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 140 da Lei das S.A. e do art. 14 do Estatuto Social da Companhia, bem como o número fixado de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia nos termos da deliberação 3 acima, compete à Assembleia Geral a eleição dos membros deste Conselho Administração.

Visando a uma maior contribuição para diferentes ideias e ações em benefício da Companhia e fortalecendo a diversidade da representação na Administração da Alpargatas, é proposta a eleição dos seguintes candidatos a membros do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, por meio de chapa única, composta por 4 (quatro) candidatos vinculados ao bloco controlador da Companhia, 1 (um) candidato não vinculado, mas indicado pelo bloco de controle, 2 (dois) candidatos independentes e 1 (um) candidato representando os acionistas minoritários:

1. Alfredo Egydio Setubal
2. João Moreira Salles
3. Pedro Moreira Salles
4. Rodolfo Villela Marino
5. Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond
6. Marcelo Pereira Lopes de Medeiros
7. Stacey Kirkpatrick Brown
8. Silvio Tini de Araújo²

As informações requeridas pelo art. 11 da Resolução CVM 81/2022 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo III** desta Proposta, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, em seu *website* (<http://ri.alpargatas.com>), bem como nos *websites* da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

Acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros para compor o Conselho de Administração, desde que o façam com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data agendada para a realização da AGO. Na eleição de Conselheiros pelo processo de voto múltiplo, são atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho a serem eleitos, sendo permitida aos Acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários.

(6) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores

A Administração propõe à Assembleia Geral aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Diretoria Estatutária, Comitês e Conselho de Administração) para o exercício social de 2025 (janeiro a dezembro de 2025) no montante máximo de até R\$ 38.653.791,98 (trinta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos), nos termos do art. 152 da Lei das S.A.

Tal valor: (A) inclui: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; e, ainda, (iv) remuneração baseada ou referenciada em ações de emissão da Companhia, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual a cada administrador, conforme regras e limitações dispostas na Lei das S.A. e na política de remuneração dos administradores constante do item 8 do Formulário de Referência da Companhia, conforme Resolução CVM 80/2022, que encontra-se atualizado no **Anexo IV** desta Proposta, em atendimento às disposições do artigo 13, II, da Resolução CVM 81/2022; e (B) não inclui os encargos sociais de responsabilidade da Companhia, em linha com a diretriz constante do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração global dos administradores para 2025, conforme estabelecido pelo art. 13 da Resolução CVM 81/2022, encontram-se dispostas no **Anexo IV** desta Proposta, no qual constam as informações enumeradas no item 8 do Anexo C da Resolução CVM 80/2022.

Informações referentes à instalação do Conselho Fiscal:

² Ressalta-se que a condenação administrativa de inabilitação por 5 anos imposta pela CVM ao Sr. Silvio Tini de Araújo (PAS CVM 19957.001830/2021-16) foi suspensa por ordem da MM. Juíza da 14ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo, Capital, no processo n. 5003075-96.2025.4.03.6100.

De acordo com o Art. 27 do Estatuto Social da Alpargatas, o Conselho Fiscal não é um órgão permanente, sendo facultado, segundo a Lei das S.A. combinada com a Resolução CVM 70/2022, aos acionistas detentores de 2% de ações ordinárias ou de 1% de ações preferenciais solicitarem sua instalação.

Até a presente data a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação do referido órgão.

De qualquer forma, a Administração não recomenda a instalação do Conselho Fiscal na Alpargatas, considerando que a Companhia já possui um Comitê de Auditoria que, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principal função zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; (ii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho dos auditores independentes; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos, relacionados à Companhia e suas controladas; e (v) pelo cumprimento das exigências legais relativas às tarefas de sua competência.

Conforme previsto na Resolução CVM 81/2022, consta do Boletim de Voto à Distância a pergunta abaixo, sendo que não houve até a presente data, pelos acionistas, solicitação de inclusão de candidatos para compor o Conselho Fiscal:

*“Deseja a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161 da Lei das S.A. ?
[] Sim [] Não [] Abster-se”*

Assim, esclarece-se que os acionistas que optarem por participar da AGO via voto à distância não conhecerão os nomes e demais informações relevantes de eventuais candidatos ao Conselho Fiscal que venham a ser indicados posteriormente ou na própria data da AGO e, por consequência, não participarão diretamente da eleição de cada um dos candidatos.

Considerando o ora exposto, a Administração sugere que os acionistas que votarem à distância, por meio do respectivo boletim, optem por “abster-se” na resposta da questão simples de número 13, a fim de evitar a eleição de um órgão da Companhia composto por candidatos que não representem razoavelmente seu capital social, bem como não sejam conhecidos pela maioria dos acionistas seu currículo e outras informações relevantes para a tomada de tal decisão.

Cordialmente,
Pedro Moreira Salles
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA**

**Data-Base: 31/12/2024
(Conforme item 2 do Anexo C da RCVM 80/22)**

Atendendo ao disposto no art. 10, itens I, II, IV, e parágrafo único, item I e III, da Resolução CVM 81/2022, o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes, o parecer do comitê de auditoria e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP do exercício findo em 31/12/2024, foram arquivados na CVM em 21/02/2025 e publicadas em 25/02/2025 no Jornal “Valor Econômico”. Os documentos encontram-se disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia, em: <http://ri.alpargatas.com.br>, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Atendendo ao disposto no art. 10, item III, da Resolução CVM 81/2022, a Companhia apresenta abaixo o item 2 do Formulário de Referência:

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

2. Comentários dos diretores

2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar suas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e os principais fatores que explicam tais alterações.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Alpargatas acredita que apresenta situação financeira e patrimonial para implementar seus planos de negócios, pois possui forte geração de caixa. A melhoria da Posição Financeira Líquida do ano de 2024 deveu-se principalmente à retomada do volume na operação de Brasil, mais eficiência nas linhas de Capital de Giro.

Em 2024, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida positiva de R\$121,8 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$1.501,7 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$1.379,9 milhões.

Em 2023, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida negativa de R\$551,2 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$934,4 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$1.485,6 milhões.

Em 2022, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida negativa de R\$612,3 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$663,0 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$1.275,3 milhões.

Adicionalmente à Posição Financeira Líquida, a Companhia faz o acompanhamento de sua condição financeira e patrimonial mediante o acompanhamento de determinados

índices, conforme descritos abaixo. Os índices apresentados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices de Liquidez

A Companhia apresenta consistentes índices de liquidez, o que reflete a sua capacidade financeira de liquidar seus compromissos de curto e longo prazo.

- **Liquidez corrente:** ativo circulante ÷ passivo circulante.
- **Liquidez geral:** (ativo circulante + realizável a longo prazo) ÷ (passivo circulante + passivo não circulante).
- **Liquidez imediata:** disponível (caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras não circulante) ÷ passivo circulante.

Índice de endividamento

Índice de endividamento: (passivo circulante + passivo não circulante) ÷ total do ativo, mede a proporção de ativos totais da empresa financiada por terceiros.

Dívida de curto prazo sobre dívida total

Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total: passivo circulante / (passivo circulante + passivo não circulante).

Índices de rentabilidade

- **Margem bruta:** lucro bruto ÷ receita operacional líquida
- **Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas:** EBITDA Ajustado Operações Continuadas ÷ receita operacional líquida
- **Margem líquida de operações continuadas:** lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ÷ receita operacional líquida

A seguir, apresentamos os índices de liquidez, de endividamento e rentabilidade para os períodos indicados:

Indicadores Financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
<u>Índices de Liquidez</u>			
Liquidez corrente	2,6	3,2	2,5
Liquidez geral	2,4	1,4	1,5
Liquidez imediata	1,1	0,9	0,4
<u>Índices de endividamento</u>			
Índice de endividamento	41,1	41,1%	32,2%
Dívida de curto prazo sobre dívida total	48,1	37,9%	54,6%
<u>Índices de rentabilidade</u>			
Margem bruta	43,1%	40,1%	46,1%
Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas	6,8%	-36,3%	13,2%
Margem líquida de operações continuadas	2,6%	-50,0%	4,4%

A forte geração de caixa operacional de 2024 e melhoria do balanço de Capital Empregado Operacional foi responsável pela melhora dos índices de liquidez e endividamento do ano de 2024

(b) estrutura de capital

A administração acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações. Na tabela abaixo, consta a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	(251,4)	(127,4)	(256,2)
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	(1.172,2)	(1.358,2)	(1.019,1)
Instrumento financeiro - <i>hedge</i>	43,7	-	
Total de Empréstimos e Financiamentos	(1.379,9)	(1.485,6)	(1.275,3)
(-) Caixa, equivalente de caixa e Aplicações financeiras não Circulante	1.501,7	934,4	663,0
(=) Posição Financeira Líquida	121,8	(551,2)	(612,3)
Patrimônio líquido	4.036,4	3.727,5	5.759,8
Participação de capital de terceiros*	41,0%	41,1%	32,2%
Participação de capital próprio **	59,0%	58,9%	67,8%

* Participação de capital de terceiros: (passivo circulante + passivo não circulante) ÷ (passivo total + patrimônio líquido)

** Participação de capital próprio: patrimônio líquido ÷ (passivo total + patrimônio líquido)

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os valores de EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 foram:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
EBITDA Ajustado Operações Continuadas ⁽¹⁾	279,8	(1.355,7)	550,5
<i>Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas</i>	<i>6,8%</i>	<i>-36,3%</i>	<i>13,2%</i>

(1) Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

Considerando o nível de endividamento de curto prazo, e a geração de caixa, entendemos que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia é altamente satisfatória.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2024, as principais fontes de financiamento para capital de giro e reforço do caixa foram:

- Geração operacional de caixa;
- Melhoria dos saldos de balanço de Capital de Giro Operacional

- A linha de crédito NCE, no valor de R\$ 200MM, com taxa de CDI + 1,47% a.a., contratada em setembro de 2023 foi liquidada totalmente em 25 de junho de 2024.

Quanto às empresas subsidiárias:

- Em 2024, Alpargatas Europe S. L. U realizou a renovação de linha de crédito “revolving” e alteração de valor para EUR 3MM com o Bank of America, com prazo de vencimento em 12 meses. A operação também renovou em 2024 o empréstimo no valor de EUR 2MM com o CaixaBank S.A., e prazo de 12 meses, com a finalidade de resguardar as necessidades de caixa durante a baixa temporada. A linha de crédito de EUR 7MM contratada em 2020 com o Bankinter foi renovada por mais 12 meses;
- a linha de crédito de capital de giro (working capital) de Alpargatas Trading (Shanghai) foi renovada por mais 12 meses;
- a subsidiária Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos realizou a renovação da linha de crédito “revolving” por mais 12 meses, e aumentou o limite total para US\$ 35MM, a fim de suportar seu capital de giro.

Em 2023, as principais fontes de financiamento para capital de giro e reforço do caixa foram:

- a geração operacional de caixa;
- contratação de NCE, no valor de R\$ 200MM, com taxa de CDI + 1,47% a.a., com a finalidade de aplicação na produção de bens ou serviços a serem exportados. O vencimento desta operação ocorrerá em setembro de 2025.
- Contratação de linha BNDES Exim Pré-Embarque, no valor de US\$ 30MM, ao mesmo tempo foi realizada contratação de Swap, convertendo os encargos financeiros de VC + 6,07% a.a. para CDI + 1,40% a.a. O vencimento está previsto para julho de 2027. O valor destina-se à produção de bens direcionados à exportação.
- A linha de crédito “Resolução 4131” contratada em 2022, que possuía o saldo remanescente de R\$ 150MM foi liquidada em 28 de setembro de 2023.

Quanto às empresas subsidiárias:

- Em janeiro de 2023, Alpargatas Europe S. L. U realizou a contratação de linha de crédito “revolving” no valor de EUR 8MM com o Bank of America, com prazo de vencimento em 12 meses. Em março houve uma contratação no valor de EUR 2MM com o CaixaBank S.A., e prazo de 12 meses, com a finalidade de resguardar as necessidades de caixa durante a baixa temporada. A linha de crédito de EUR 7MM contratada em 2020 com o Bankinter foi renovada por mais 12 meses;
- a linha de crédito de capital de giro (working capital) de Alpargatas Trading (Shanghai) foi renovada por mais 12 meses;
- a subsidiária Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos realizou a renovação da linha de crédito “revolving” por mais 12 meses, e aumentou o limite total para US\$ 20MM, a fim de suportar seu capital de giro.

Em 2022, as principais fontes de financiamento para capital de giro e reforço do caixa foram:

- a geração operacional de caixa;
- contratação de financiamentos destinados a investimentos diversos para

modernização das plantas industriais (projeto ILEP) com o Banco do Nordeste (BNB), no valor de R\$ 223MM com taxa média de IPCA + 2,55% a.a. e prazo de até dez anos. O valor total da operação poderá chegar a R\$ 435MM;

- realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries. O valor total da Emissão foi de R\$ 800MM, sendo R\$ 550MM correspondentes às Debêntures da primeira série, com taxa de CDI + 1,35% a.a. e com prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2027, e R\$ 250MM correspondente às Debêntures da segunda série, com taxa de CDI + 1,50% a.a. e com prazo de vencimento de sete anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2029. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão será destinada para amortização, conforme o caso, de dívidas, financiamento de capital de giro e gestão ordinária dos seus negócios;
- contratação de operação de financiamento em moeda estrangeira (nos termos da Resolução n.º 4.131) no valor de R\$ 450MM, com contratação de swaps para a taxa média de CDI + 1,32% a.a. Estas linhas foram captadas e liquidadas no ano de 2022, com exceção da linha de R\$ 150MM com o Citibank.

Quanto às empresas subsidiárias:

- a linha de crédito de capital de giro (working capital) de Alpargatas Trading (Shanghai) foi renovada, e o montante total aumentado para CNY 30MM com vencimento em julho de 2023;
- em julho de 2022, a subsidiária Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos realizou a contratação de uma linha de crédito revolving, com o valor máximo de US\$ 5MM, a fim de suportar seu capital de giro. Esta linha tem vencimento em julho de 2023;
- a linha de crédito de Alpargatas Europe S. L. U foi renovada e aumentou o montante para EUR 7MM com vencimento em março de 2023.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

Historicamente, a geração de caixa operacional tem sido a principal fonte de capital de giro da Companhia, razão pela qual não há previsão de utilização de outras fontes de financiamento para cobertura de deficiência de liquidez. Apesar disso, a Companhia acredita que o relacionamento bancário construído com seus principais credores, seu perfil de alavancagem, o perfil de longo prazo da dívida financeira e o perfil de geração de caixa operacional, permitirão à Companhia acessar linhas de crédito para suprir eventuais necessidades de capital.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/2024 (R\$ milhões)
EM REAIS			
FNE (BNB)	R\$	7,15%	214,1
FINAME	R\$	6,00%	-
Debêntures	R\$	CDI + 1,40%	802,1
NCE	R\$	CDI + 1,47%	-
TOTAL EM REAIS			1.016,2

EM MOEDA ESTRANGEIRA			
BNDES Exim – Alpargatas S/A	USD	VC + 6,07% a. a.	193,7
Working capital Alpargatas Europe	EUR	Euribor 1M + 1,00%	-
Working capital Alpargatas Europe	EUR	Euribor 1M + 1,80%	18,9
Working capital Alpargatas Trading (Shanghai)	CNY	LPR + 0,55%	8,9
Working capital Alpargatas USA Inc. – Estados Unidos	USD	SOFR 3M + 1,80%	185,8
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA			407,3
TOTAL EMPRÉSTIMOS			1.423,5
Instrumento financeiro – hedge	BRL	BNDES Exim para CDI+1,40% a. a.	(43,7)
TOTAL GERAL			1.379,8

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$1.423,5 MM, conforme apurado em 31 de dezembro de 2024:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/2024	% total
CURTO PRAZO	251,4	18,2%
2025	251,4	18,2%
LONGO PRAZO	1.128,5	81,8%
2026	132,9	9,6%
2027 a 2029	923,7	66,9%
2030 em diante	71,8	5,2%
TOTAL	1.379,8	100,0%

Da dívida de curto prazo de R\$ 251,4MM, R\$ 217,3MM (86%) são em moeda estrangeira. Os empréstimos de curto prazo em moeda local no valor de R\$ 34MM (14%). Os valores em moeda estrangeira financiam o capital de giro da Controladora e das subsidiárias Alpargatas Europe S. L. U, Alpargatas Trading (Shanghai) e Alpargatas USA Inc.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures

Em dezembro de 2022 a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries. A Emissão foi composta por 800.000 Debêntures em até duas séries. O valor total da Emissão é de R\$ 800MM, sendo R\$ 550MM correspondentes às Debêntures da primeira série, com prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2027, e R\$ 250MM correspondentes às Debêntures da segunda série, com prazo de vencimento de sete anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2029. Quanto a Remuneração das Debentures, sobre o valor/saldo nominal das Debêntures de 1ª série incidirão juros remuneratórios equivalentes à CDI + 1,35% a.a., base 252 dias úteis. E sobre o valor/saldo nominal das Debêntures de 2ª série incidirão juros remuneratórios equivalentes à CDI + 1,50% a.a., base 252 dias úteis. A remuneração deverá ser paga semestralmente a partir da Data de Emissão das Debêntures de Primeira e Segunda Série, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de junho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 12 (doze) dos meses de junho e dezembro, até a data de vencimento das Debêntures. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão será destinada para amortização, conforme o caso, de dívidas, financiamento de capital de giro e gestão ordinária dos seus negócios. Para mais informações sobre as debêntures, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

FNE – Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Em julho de 2022 a Controladora realizou a tomada de financiamento para reembolso de investimentos, no valor de R\$ 53.9MM, perante o Banco do Nordeste do Brasil S.A, pelo prazo de até 96 meses, destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, mediante a constituição de garantia por meio de carta fiança. Os desembolsos são realizados a partir da comprovação financeira da aquisição dos equipamentos, tendo sido a primeira liberação em setembro de 2022 no valor de R\$ 19.2MM.

A Companhia realizou em 7 de outubro de 2022, a tomada de financiamento no valor de R\$ 204MM junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. O financiamento tem prazo de até 120 meses para amortização com 2 anos de carência para início do pagamento do principal. Os recursos são destinados a investimentos diversos para modernização das plantas industriais (projeto ILEP).

FINAME

Os financiamentos referentes à FINAME, que foram captados pela controladora entre 2010 e 2014, como objetivo de financiar equipamentos utilizados pela Companhia a fim de melhorar e aumentar a produção. Todas as captações realizadas foram liquidadas em agosto de 2024.

NCE

Em setembro de 2023, a controladora realizou a contratação de NCE, no valor de R\$ 200MM, com taxa de CDI + 1,47% a.a., perante o Banco do Bradesco S.A., com a finalidade de aplicação na produção de bens ou serviços a serem exportados. O pagamento de juros ocorrerá semestralmente a contar da data de emissão, e a amortização do valor principal ocorrerá no vencimento da operação, em setembro de 2025. Porém, em junho de 2024, foi realizado um pré-pagamento de R\$150MM, seguido pela quitação do saldo remanescente de R\$50MM em setembro de 2024, liquidando a NCE em sua totalidade.

BNDES Exim Pré-Embarque

Em julho de 2023, a controladora realizou a contratação da linha BNDES Exim Pré Embarque, no valor de US\$ 30MM perante o banco Safra. Ao mesmo tempo foi realizada a contratação de Swap, convertendo os encargos financeiros de Variação Cambial + 6,07% a.a. para CDI + 1,40% a.a. O pagamento dos juros deverá ocorrer trimestralmente a partir da data de início do contrato e a amortização do principal ocorrerá mensalmente a partir de agosto de 2026 até o vencimento, em julho de 2027. O valor destina-se à produção de bens direcionados à exportação.

(ii) Outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras

Além das fianças que suportam os financiamentos de longo prazo mencionados anteriormente, a Alpargatas também possui fianças bancárias diversas por tempo determinado e indeterminado que suportam ações judiciais trabalhistas e tributárias, e contratos de compra de energia. O quadro abaixo demonstra os valores das fianças bancárias em 31 de dezembro dos respectivos anos:

Modalidade	2024 (R\$ Milhões)	2023 (R\$ Milhões)	2022 (R\$ Milhões)
Trabalhista	-	-	1,2
Tributária	0,9	0,9	0,9
Energia	-	0,6	-
TOTAL	0,9	1,5	2,1

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia, nos exercícios sociais nos últimos três exercícios sociais, possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) créditos quirografários; e (v) créditos subordinados.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Escritura das Debêntures conta com uma cláusula financeira restritiva (*covenant* financeiro) verificada trimestralmente que prevê que não será permitido à Alpargatas distribuir e/ou pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no Art. 202 da Lei das S.A., caso a Companhia descumpra o seguinte índice financeiro em 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) medições alternadas: Dívida Líquida/EBITDA ajustado igual ou inferior a 3 (três) sob pena de vencimento antecipado das obrigações da Alpargatas S.A. referentes às Debêntures. Nos termos da Escritura das Debêntures, a próxima verificação do atendimento ao índice financeira será realizada em até 30 de abril de 2025.

Para fins de definição entende-se por: (i) Dívida Líquida a Dívida financeira da emissora menos as disponibilidades de caixa e equivalentes (ou seja, somatório do caixa e aplicações financeiras) e (ii) “EBITDA” Ajustado que é o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, ajustado conforme artigo 4º da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

Além deste *covenant* financeiro, os contratos de dívida da Companhia possuem outras restrições em relação à alienação de ativos, redução de capital social (exceto para absorção de prejuízos), reorganização societária (cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações) envolvendo a Companhia e à alienação de controle societário e a mesma encontra-se em situação de conformidade com relação a estas cláusulas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

As liberações das tranches relativas aos contratos de financiamento de FNE são condicionadas à comprovação prévia dos gastos com os projetos em questão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados, conforme mencionado no Item 2.1 (f) (i).

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações referentes às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Demonstração de Resultado (em R\$ milhões)

	2024		2023		2022		Variação 2024/2023	Variação 2023/2022
OPERAÇÕES CONTINUADAS								
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA								
	4.108,3	100%	3.734,1	100,0%	4.181,9	100,0%	10,0%	-10,7%
Custo dos produtos vendidos	(2.335,6)	-56,9%	(2.237,9)	-59,9%	(2.254,2)	-53,9%	4,4%	-0,7%
LUCRO BRUTO	1.772,7	43,1%	1.496,2	40,1%	1.927,7	46,1%	18,5%	-22,4%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas com vendas	(1.321,1)	-32,2%	(1.218,9)	-32,6%	(1.194,7)	-28,6%	8,4%	2,0%
Despesas gerais e administrativas	(263,82)	-6,4%	(232,3)	-6,2%	(190,4)	-4,6%	13,6%	22,0%
Resultado de equivalência patrimonial	21,3	0,5%	(422,0)	-11,3%	(185,9)	-4,4%	-105,0%	-
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(157,8)	-3,8%	(1.612,0)	-43,2%	(155,7)	-3,7%	-90,2%	935,3%
	(1.721,4)	-41,9%	(3.485,2)	-93,3%	(1.726,6)	-41,3%	-50,6%	101,9%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO								
	51,2	1,2%	(1.989,0)	-53,3%	201,1	4,8%	-102,6%	-1089,1%
Receitas financeiras	140,6	3,4%	98,1	2,6%	112,5	2,7%	43,3%	-12,8%
Despesas financeiras	-190,9	-4,6%	(187,6)	-5,0%	(90,9)	-2,2%	1,8%	106,4%
Variação cambial líquida	62,6	1,5%	(6,4)	-0,2%	241,2	5,8%	-1075,4%	-102,7%
Perdas em operações com derivativos	-	-	-	-	(193,0)	-0,1%	-	-100%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
	63,5	1,5%	(2.084,9)	-55,8%	271,0	6,5%	-103,0%	-869,3%
Imp. Renda e contribuição social – corrente	14,5	0,4%	7,2	0,2%	(17,5)	-0,4%	101,1%	-141,1%
Imp. Renda e contribuição social – diferido	29,4	0,7%	210,2	5,6%	(69,7)	-1,7%	-86,0%	-401,6%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS								
	107,4	2,6%	(1.867,5)	-50,0%	183,7	4,4%	-105,8%	-1116,6%
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas	-	-	-	-	(75,2)	-1,8%	-	-100%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								
	107,4	2,6%	(1.867,5)	-50,0%	108,5	2,6%	-105,8%	-1821,2%

Receita operacional líquida:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional líquida foi de R\$4.108,3 milhões, 10,0% superior ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando foi de R\$3.734,1 milhões. Essa variação é explicada pelos resultados obtidos nos nossos segmentos operacionais abaixo:

- A receita do segmento de Operações Nacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi R\$3.153,7 milhões, um aumento de 14,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando foi de R\$2.760,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente pelo aumento no volume de vendas.
- No entanto a receita do segmento de Operações Internacionais no exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi R\$954,6 milhões, uma redução de 1,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$973,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente pela queda no volume de vendas na Europa, o principal mercado internacional da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida foi de R\$3.734,1 milhões, inferior em 10,7% ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$4.181,9 milhões. Essa variação é explicada pelos resultados obtidos nos nossos segmentos operacionais abaixo:

- A receita do segmento de Operações Nacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi R\$2.753,2 milhões, uma redução de 7,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$2.974,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente pela queda no volume de vendas.
- No entanto a receita do segmento de Operações Internacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi R\$973,6 milhões, uma redução de 19,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$1.207,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente pela queda no volume de vendas devido à problemas logísticos.

Custo dos produtos vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Custo dos produtos vendidos foi de R\$2.335,6 milhões, representando 56,9% da Receita operacional líquida do mesmo exercício com uma redução de 3,0p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando o Custo dos produtos vendidos foi de R\$2.237,9 milhões. Ao longo de 2024, apesar dos esforços na otimização fabril e queda no custo de matéria prima, a Companhia incorreu em custos adicionais que incluem *write-offs* de matérias-primas e produtos acabados no montante de R\$ 222,7 milhões, representando 5,4% da Receita operacional líquida.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Custo dos produtos vendidos foi de R\$2.237,9 milhões, representando 59,9% da Receita operacional líquida do mesmo exercício com um aumento de 6,0p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando o custo dos produtos vendidos foi de R\$2.254,2 milhões. Ao longo de 2023, apesar dos esforços na otimização fabril e queda no custo de matéria prima, a Companhia incorreu em custos adicionais que incluem *write-offs* de matérias-primas e produtos acabados.

Lucro Bruto:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Lucro Bruto foi de R\$1.772,7 milhões, representando uma Margem Bruta (calculada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Líquida) de 43,1% e um incremento de 3,0p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando o Lucro Bruto foi de R\$1.496,2 milhões, representando Margem Bruta de 40,1%. Ao longo de 2024, apesar dos esforços na otimização fabril e queda no custo de matéria prima, a Companhia incorreu em custos adicionais que incluem *write-offs* de matérias-primas e produtos acabados no montante de R\$ 222,7 milhões, representando 5,4% da Receita operacional líquida.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Lucro Bruto foi de R\$1.496,2 milhões, representando uma Margem Bruta (calculada pelo Lucro Bruto

dividido pela Receita Líquida) de 40,1% e uma redução de 6,0p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando o Lucro Bruto foi de R\$1.927,7 milhões, representando Margem Bruta de 46,1%. Ao longo de 2023, apesar dos esforços na otimização fabril e queda no custo de matéria prima, a Companhia incorreu em custos adicionais que incluem *write-offs* de matérias-primas e produtos acabados.

Despesas com vendas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Despesa com vendas foi de R\$1.321,1 milhões, representando 32,2% da Receita operacional líquida e uma redução de 0,4p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando a Despesa com vendas foi de R\$1.218,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento das despesas variáveis atribuídas ao aumento do volume de vendas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Despesa com vendas foi de R\$1.218,9 milhões, representando 32,6% da Receita operacional líquida e um aumento de 4,0p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando a Despesa com vendas foi de R\$1.194,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, devido ao aumento de despesas com distribuição (frete e armazenagem), apesar dos esforços da Companhia na redução das despesas fixas de vendas.

Despesas gerais e administrativas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as Despesas gerais e administrativas foram de R\$263,8 milhões, representando 6,4% da Receita operacional líquida e um aumento de 0,2p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando as Despesas gerais e administrativas foram de R\$232,3 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela retomada de despesas de provisão de participação nos resultados que foram inexistentes em 2023.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as Despesas gerais e administrativas foram de R\$232,3 milhões, representando 6,2% da Receita operacional líquida e um aumento de 1,6p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando as Despesas gerais e administrativas foram de R\$190,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de despesas com contratação de serviços de terceiros e custo rescisórios de posições executivas.

Outras (despesas) operacionais, líquidas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as outras despesas operacionais foram de R\$1.612,0 milhões, representando uma redução de 90,2% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando as outras despesas operacionais foram de R\$1.612,0 milhões. Essa variação decorreu pela redução de despesas com provisões para baixa de ativos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as outras despesas operacionais foram de R\$1.612,0 milhões, representando um aumento de 935,4% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando as outras despesas operacionais foram de R\$155,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela despesa com (i) *impairments* dos ágios referentes aos investimentos na Rothy's e loasys no valor de R\$1.192,2 milhões e (ii) provisão para perdas do contas a receber pela venda da ASAIC no valor de R\$268,7 milhões.

Resultado de equivalência patrimonial:

Refere-se à participação no resultado da coligada Rothy's, adquirida em dezembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado de Equivalência Patrimonial foi de R\$ 21,3 milhões, explicado por:

- reconhecimento de 49,2% do resultado da Rothy's equivalente a R\$37,6 milhões,
- efeito de amortização de mais-valia de ativos (PPA) no valor de -R\$16,2 milhões,
- ajuste de resultado do exercício anterior no valor de R\$0,2 milhões, e
- diluição de participação (*Stock Option*) no valor de -R\$0,2 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado de Equivalência Patrimonial foi de -R\$422,0 milhões, explicado por:

- reconhecimento de 49,2% do resultado da Rothy's equivalente a -R\$25,9 milhões,
- efeito de amortização de mais-valia de ativos (PPA) no valor de -R\$16,1 milhões,
- efeito de *impairment* da marca Rothy's no valor de -R\$372,5 milhões,
- ajuste de resultado do exercício anterior no valor de -R\$4,2 milhões, e
- diluição de participação (*Stock Option*) no valor de -R\$3,3 milhões.

Receitas financeiras:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as Receitas financeiras foram de R\$ 140,6 milhões, representando um aumento de 43,3% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando as receitas financeiras foram de R\$ 98,1 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de rendimentos de aplicações financeiras em decorrência da maior posição de caixa no período e pelo aumento da taxa de juros ao longo do exercício.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as Receitas financeiras foram de R\$98,1 milhões, representando uma redução de 12,9% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando as Receitas financeiras foram de R\$112,5 milhões. Essa variação, em comparação ao exercício social encerrado em dezembro de 2022, decorreu principalmente, (i) da menor receita de atualização de créditos tributários e de contas a receber pela venda de controladas (ASAIC e Osklen), no montante de R\$28,6 milhões e (ii) maior receita de aplicações financeiras e juros, no montante de R\$ 14,2 milhões.

Despesas financeiras:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as Despesas financeiras foram de R\$ 190,9 milhões, representando um aumento de 1,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando as Despesas financeiras foram de R\$ 187,6 milhões. Essa variação decorreu pelo aumento da taxa de juros ao longo do exercício social.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as Despesas financeiras foram de R\$187,6 milhões, representando um aumento de R\$96,6 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando as Despesas financeiras foram de R\$90,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de (i) acréscimo em despesas com juros sobre empréstimos e

financiamentos no valor de R\$124,8 milhões; menor despesas com (ii) descontos concedidos por antecipação de recebíveis no valor de R\$13,8 milhões; (iii) impostos sobre receitas/operações financeiras no valor de R\$8,5 milhões e (iv) juros passivos no valor de R\$7,4 milhões.

Variação cambial líquida:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Variação cambial líquida foi uma receita de R\$ 62,6 milhões, representando um aumento de R\$ 69,0 milhões em comparação ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando a Variação cambial líquida foi uma despesa de R\$ 6,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela valorização do Dólar frente ao Real que encerrou 2024 com 27,34% de alta impactando o Contas à Receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações, royalties, empréstimos e mútuo) nestas moedas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Variação cambial líquida foi uma despesa de R\$6,4 milhões, representando um aumento de 102,7% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando a Variação cambial líquida foi uma receita de R\$241,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) do menor impacto negativo, no montante de R\$28,3, referente a desvalorização do dólar/euro sobre o saldo de contas a receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações, royalties, empréstimos e mútuo) nestas moedas e (ii) da receita de variação cambial, auferida em 2022, no montante de R\$275,9 milhões referente a atualização do saldo a pagar pela aquisição da participação societária na Rothy's em dezembro de 2021.

Perda em operações com derivativos:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa de R\$193,0 milhões com derivativos deveu-se à contratação de instrumento financeiro de hedge para compensar a variação cambial do contas a pagar pela aquisição da Rothy's.

Imposto de Renda e contribuição social:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita de Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido) foi de R\$ 43,9 milhões, representando uma redução de R\$ 173,5 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando a receita de Imposto de Renda e contribuição social foi de R\$ 217,4 milhões. Essa variação decorreu principalmente pela (i) em 2023 houve alteração na base cálculo, líquida da despesa de *impairment* dos ágios sobre investimentos na Rothy's e loasys, gerando uma receita de IRCS no montante de R\$395,6 milhões; (ii) ganho de R\$150,7 milhões pelo não reconhecimento de receita de IRCS sobre a despesa de equivalência patrimonial (Rothy's); (iii) ganho de R\$21,5 milhões decorrente de créditos de subvenção.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita de Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido) foi de R\$217,4 milhões, representando uma variação de R\$304,6 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando a despesa de Imposto de Renda e contribuição social foi de R\$87,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela (i) alteração na base cálculo, líquida da despesa de *impairment* dos ágios sobre investimentos na Rothy's e loasys, gerando uma receita de IRCS no montante de R\$395,6 milhões e (ii) perda de R\$80,3 milhões pelo não reconhecimento de receita de IRCS sobre a despesa de equivalência patrimonial (Rothy's).

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63,5	(2.084,9)	271,0
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	-21,6	708,9	(92,1)
Resultado de equivalência patrimonial	7,2	(143,5)	(63,2)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	-	-	-
Subvenção para investimento - ICMS	-	86,0	78,0
Impairment ágio da loasys e Rothys	-	(405,3)	-
Subvenção fiscal federal - IRPJ	35,6	-	-
Prejuízo fiscal não constituído e ajustes de equalização de taxas de controladas	(61,4)	(37,3)	(34,4)
Crédito fiscal estimado sobre subvenções de investimento (i)	71,9	-	-
Lei do Bem - Benefício Pesquisa e Desenvolvimento	10,3	-	-
IR/CS sobre a SELIC de indêbitos a recuperar no futuro	1,6	1,9	1,5
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	0,2	6,7	(0,7)
Total despesa com imposto de renda e contribuição social	43,9	217,4	(87,2)
Alíquota Efetiva	-69%	10,4%	32,2%

Resultado das operações descontinuadas

Terras de Aventura Ind. Artigos esportivos S/A – Osklen

Em novembro de 2021, a Companhia celebrou com a DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A contrato para alienação da totalidade de sua participação na Osklen, correspondente a 60% do capital social da Osklen. O valor de venda está condicionado ao atingimento pela Osklen de determinadas métricas de desempenho nos exercícios de 2022 e 2023. No exercício de 2022 e 2023 essas métricas de desempenho não foram atingidas.

Mizuno

Em 21 de setembro de 2020, a Companhia celebrou com a Vulcabras Azaleia – CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. (“Comprador”) um contrato de compra e venda para alienação de 100% da unidade de negócio relativa à operação da marca “Mizuno” no Brasil. Durante o segundo trimestre de 2021, a Companhia efetuou a conclusão da venda da operação de Mizuno e com isso, efetuou a baixa dos saldos patrimoniais relacionados a esta operação.

R\$ milhões	2024	2023	2022
Operação Mizuno	-	-	(1,7)
Terras de Aventura Ind. Artigos esportivos S/A - Osklen	-	-	(73,5)
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(75,2)

FLUXO DE CAIXA:

R\$ milhões	2024	2023	2022	Variação	
				2024/2023	2023/2022
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	845,0	371,6	(638,2)	473,4	1.009,7
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(104,9)	(279,6)	(2.796,5)	174,7	2.516,9
Caixa líquido captado (utilizado) nas atividades de financiamento	(201,8)	184,7	3.509,8	(386,5)	(3.225,1)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	27,6	(1,6)	(10,8)	29,2	9,2
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	566,0	275,0	64,3	290,9	210,7
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	922,5	647,5	583,2	275,0	64,3
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.488,5	922,5	647,5	566,0	275,0
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	566,0	275,0	64,3	291,0	210,7

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do caixa e equivalentes de caixa teve um acréscimo em R\$ 566 milhões ante ao mesmo período de 2023, principalmente: (i) pela geração de caixa das atividades operacionais em R\$ 845,0 milhões, pela retomada da força comercial e pela redução do capital de giro, líquida do pagamento de encargos sobre empréstimos e financiamentos; (ii) pelo menor nível de caixa utilizado nas atividades de investimento, e; (iii) pelo efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa em R\$ 27,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do caixa e equivalentes de caixa teve um acréscimo em R\$275,0 milhões ante ao mesmo período de 2022, principalmente: (i) pela geração de caixa das atividades operacionais em R\$371,6 milhões, principalmente pela redução do capital de giro, líquida do pagamento de encargos sobre empréstimos e financiamentos; (ii) pelo investimento em imobilizado e intangível (Programa de Excelência em Manufatura e Logística – ILEP, que visa a ampliação da capacidade produtiva, ganho de eficiência industrial e melhoria no nível de serviço), projeto de transformação digital, inovação e outros no montante de R\$332,0 milhões e (iii) pela captação de empréstimos e financiamento, líquido do pagamento de principal no montante de R\$221,0 (principalmente pela contratação de NCE – Nota de Crédito à Exportação).

2.2. Resultado operacional e financeiro
(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:
(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta pelas vendas no mercado interno, em sua maioria para clientes varejistas de calçados e atacadistas, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações próprias nos Estados Unidos, Europa, China, Índia e na Colômbia, além das exportações diretas. A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2032. O valor dessas subvenções registradas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$342,1 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o valor dessas subvenções foi de R\$253,3 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$224,9 milhões.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado operacional despesas não usuais e com característica de não recorrentes no montante de R\$ 274,7 milhões, sendo: (i) R\$ 222,7 milhões de despesa de provisão de baixa de estoques antigos; (ii) R\$ 40,6 milhões de gastos com simplificação de estruturas, e; (iii) R\$ 11,4 milhões de despesa decorrente da reversão de reembolso de seguro em decorrência de sinistro na fábrica de Santa Rita.

Em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido no resultado operacional despesas não usuais e com característica de não recorrentes no montante de R\$1.818,4 milhões, sendo principalmente: (i) R\$1.192,2 milhões de despesas com *impairments* dos ágios referente aos investimentos na Rothy's e loasys; (ii) R\$372,5 milhões de despesa com *impairment* da marca Rothy's, incluída na despesa de equivalência patrimonial; (iii) R\$268,7 milhões de despesa com provisão para perda do contas a receber pela venda da ASAIC; (iv) R\$30,8 milhões de gastos com simplificação da estrutura; (v) R\$20,8 milhões de despesa com baixa de intangível relacionada a sistemas; (vi) R\$20,9 milhões de despesas relacionadas ao projeto de reconfiguração industrial – Masterplan; (vii) R\$22,7 milhões de despesas com consultorias e (viii) R\$124,6 milhões de receita de imposto de renda e contribuição social relacionadas às despesas não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado operacional despesas não usuais e com característica de não recorrentes no montante de R\$55,7 milhões, sendo principalmente: (i) R\$44,6 milhões de despesas relacionadas a produtos fora de linha, que não serão vendidos nos EUA e China, dada a reestruturação comercial nesses países; (ii) R\$31,4 milhões relativo à despesas com reestruturação na região EMEA/APAC que incluiu desligamento de pessoal, por simplificação de estrutura e mudança do parceiro logístico na Europa; (iii) R\$33,4 milhões com despesas de M&A (Rothy's); (iv) R\$17,9 milhões de despesas com reestruturação de serviço de terceiros – centro de serviços compartilhados; (v) R\$6,2 milhões de despesas de baixa de ativos em função do projeto de reconfiguração industrial – Masterplan e (vi) R\$82,9 milhões de receita com variação cambial (R\$275,9), líquida de despesas com instrumento financeiro de hedge (R\$193,0) referente à atualização do contas a pagar pela aquisição da Rothy's.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Alpargatas é impactada diretamente pelo volume de vendas, modificação de preços e lançamento de coleções de produtos.

Em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional líquida apresentou um aumento de 10,0% em relação ao ano de 2023, devido a:

- Volume de vendas em queda, gerando um impacto de 8,8%;
- Impacto cambial positivo de 1,2%.

Em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida apresentou um decréscimo de 10,7% em relação ao ano de 2022, devido a:

- Volume de vendas em queda, gerando um impacto de -15,7%;
- Aumento de preço e melhor mix (produto, região e canais) em 4,8%;

- Impacto cambial positivo de 0,2%.

Em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 5,9% em relação ao ano de 2021, devido ao:

- Volume de vendas em queda, gerando um impacto de 6%;
- Aumento de preço e melhor mix (produto, região e canais) em 17,3%;
- Impacto cambial negativo de 5,4%, principalmente em razão da valorização do real frente ao dólar e ao euro, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

(c) Impacto relevante da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O câmbio e o preço das commodities têm parcela significativa no comportamento dos preços das matérias-primas utilizadas pela Companhia, principalmente a borracha sintética, principal insumo para a fabricação de sandálias, que tem o preço atrelado ao dólar.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 se comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o impacto do câmbio causou: (i) aumento na receita operacional líquida de R\$ 44,9 milhões, representando uma variação de 1,2%; e (ii) aumento de R\$ 26,5 milhões no custo de matérias primas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 se comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o impacto do câmbio causou: (i) aumento na receita operacional líquida de R\$6,8 milhões, representando variação de 0,2%; e (ii) redução de R\$13,5 milhões no custo das matérias primas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o impacto do câmbio causou: (i) redução na receita operacional líquida de R\$68 milhões, representando decréscimo de 1,7%; e (ii) redução de R\$29 milhões no custo das matérias primas.

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e de 2022, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

R\$ milhões	2024	2023	2022
Ativo			
Recebíveis de exportação	2,3	9,6	14,7
Contas a receber de clientes	425,0	250,5	278,8
Royalties e serviços de Backoffice a receber	48,1	-	-
Total do ativo	475,4	260,1	293,5
Passivo			
Fornecedores	(58,4)	(10,2)	(124,3)
“Royalties” a pagar	(21,1)	(9,2)	(10,3)
Serviços de Backoffice – a pagar	(10,2)	(10,7)	-
Total do passivo	(89,7)	(30,3)	(134,6)
Exposição líquida	385,7	229,9	158,9
Total da exposição	385,7	229,9	158,9

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, “royalties”, contas a pagar por aquisição de participação societária e saldos em bancos de recebíveis de exportação em moeda estrangeira.

2.3. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício de 2024, não existiram ressalvas ou ênfases nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, a introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societária

Aquisição da Rothy's

Em dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 49,90% de participação societária da Rothy's Inc. (“Rothy's”), que atua na fabricação e comercialização de calçados e acessórios com sede na Califórnia, Estados Unidos da América.

A Rothy's é uma empresa focada em sustentabilidade na fabricação de seus produtos, transformando materiais reciclados em calçados, bolsas e acessórios modernos. Com uma cadeia de suprimentos verticalmente integrada, a Rothy's minimiza o desperdício em seu processo de produção (“tricotando” cada produto) em sua fábrica em Dongguan, China. Com mais de 2.000 clientes, os produtos da Rothy's são vendidos diretamente online, por meio de lojas próprias monomarca ou por lojas multimarcas. A Rothy's foi reconhecida por premiações que incluem TIME Most Influential Companies, Fast Company Most Innovative Companies, Forbes Next Billion-Dollar Startups e Inc. Best Places to Work. Com sede em São Francisco, EUA, com escritórios em Nova York, EUA e Xangai, China.

A transação foi formalizada nas seguintes etapas:

- (i) Primeiro *closing* de aquisição primária no valor de US\$50, equivalentes a R\$286, pagos pela Companhia, em dezembro de 2021.
- (ii) Segundo *closing* de aquisição primária no valor de US\$150, equivalentes a R\$717,4 que ocorreu em março de 2022.
- (iii) Aquisição secundária no valor de US\$273,2 equivalentes a R\$1.367,5, ocorrida em maio de 2022, na qual a Companhia adquiriu ações, opções ou direitos de subscrição (warrants) dos acionistas vendedores da Rothy's.

A Companhia possui os direitos de um acionista minoritário relevante com indicação individual de quatro membros do conselho de administração, num total de nove membros.

Esta aquisição estava foi parte importante do antigo planejamento estratégico da Companhia, alinhada com seus quatro pilares estratégicos: global, inovadora, digital e sustentável. A Rothy's continuará operando de forma independente, e, conforme previsto nos *Transaction Agreements*, a Alpargatas tem o papel estratégico de ajudar a acelerar o crescimento da base de clientes e ampliar o conhecimento da marca Rothy's nos Estados Unidos e nos mercados internacionais.

A Companhia possui ainda uma opção de compra da totalidade das ações da Rothy's, que poderá ser exercida, a critério da Alpargatas, até dezembro de 2025. A fonte de recursos necessária para o pagamento da operação foi proveniente, majoritariamente, da emissão de ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a participação da Alpargatas foi diluída para 49,17% devido aos exercícios de *stock-options* por executivos da Rothy's participantes do programa de atração, retenção e alinhamento da Companhia.

Venda de participação na Osklen

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda, no qual se comprometeu a alienar toda a sua participação na Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen") que corresponde a 60% do capital social da Osklen ("Operação").

Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu a operação de alienação da Osklen.

O preço da venda foi de R\$117,9 milhões para recebimento em 3 parcelas, sendo a primeira no primeiro aniversário do fechamento da Operação (esta parcela foi recebida no dia 03 de outubro de 2022) e as demais no segundo e terceiro aniversários do fechamento da Operação, sendo todas corrigidas pela variação positiva do CDI desde a data de celebração do Contrato até o pagamento de cada uma das parcelas.

Em 01 de outubro de 2024, a Companhia recebeu a terceira e última parcela referente a venda de toda a participação na Terras de Aventura Indústria e Artigos Esportivos S.A. ("Osklen").

Aquisição da loasys Desenvolvimento de Software Ltda. e da Innovation Oasys Desenvolvimento de Sistemas Ltda.

Em 7 de maio de 2021, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 100% do capital social de loasys Desenvolvimento de Software Ltda. e Innovation Oasys Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (conjuntamente denominadas "loasys") mediante a assinatura do respectivo Contrato de Compra e Venda de Quotas e o pagamento da primeira parcela do preço, no montante de R\$89,2 milhões.

O valor remanescente do preço de até R\$110 milhões, será pago ao longo de 5 (cinco) anos, parte em dinheiro e parte em ações da Alpargatas, a critério da Companhia, sendo que uma parcela está atrelada ao atingimento de determinadas metas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía o saldo a pagar de R\$82,8 milhões no longo prazo.

Essa aquisição representou um importante passo na transformação digital da Alpargatas com foco na experiência do usuário.

(c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

2.5. Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis:

EBITDA, EBITDA Ajustado Operações Continuadas, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 junho de 2022, derivada de nossas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e consiste no lucro líquido do exercício, ajustado pelo resultado financeiro líquido (receitas financeiras, composta por rendimentos de aplicações financeiras, atualização monetária de créditos tributários e outras; despesas financeiras, composta por juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos, juros de arrendamentos e outras, além de Ganhos em operações com derivativos, Perdas em operações com derivativos e Variação cambial líquida), pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas se refere ao EBITDA que foi ajustado para excluir o resultado da equivalência patrimonial da Rothys e o resultado das operações descontinuadas, quais sejam: (i) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, despesas residuais da operação da marca Mizuno e (ii) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a venda da Osklen e a despesas residuais da operação da marca Mizuno e da venda da operação da marca Mizuno.

O EBITDA Ajustado se refere ao EBITDA de Operações Continuadas ajustado para excluir ou adicionar receitas (despesas) que, no entendimento da Companhia, são não usuais e com características de não recorrentes em cada exercício e auxiliam a administração da Companhia para medir o desempenho operacional por meio do EBITDA Ajustado. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, se refere a despesas com *impairments* dos ágios referentes aos investimentos na Rothys e loasys, despesa com provisão para perda do contas a receber pela venda da ASAIC, despesas com simplificação da estrutura, despesas com baixa de intangível relacionada a sistemas, despesas relacionadas ao projeto de reconfiguração industrial e com consultorias. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, se refere a despesas com reestruturação de operações internacionais e despesas com reestruturação de serviços de terceiros relativos a contrato de centro de serviços compartilhados.

A Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas é um indicador calculado através da divisão do EBITDA Ajustado Operações Continuadas pela Receita Operacional Líquida do período. Já a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita Operacional Líquida do período.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado Operações Continuadas, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

Seguem, abaixo, os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado Operações Continuadas, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Operações Continuadas e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

(R\$ milhões, exceto percentuais)	2024	2023	2022
EBITDA	301,05	(1.777,7)	289,4
EBITDA Ajustado Operações Continuadas	279,75	(1.355,7)	550,5
EBITDA Ajustado	484,44	214,8	689,1
Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas	6,8%	-36,3%	13,2%
Margem EBITDA Ajustada	11,8%	5,8%	16,5%

Posição Financeira Líquida

A Posição Financeira Líquida é mensurada como Empréstimos e Financiamentos circulantes e não circulantes, menos Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras não circulante. Posição Financeira Líquida é uma medida não contábil complementar da condição financeira da Companhia e é utilizada na tomada de certas decisões pela Administração. A apresentação desta métrica não indica que todo o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras estão disponíveis para pagar os Empréstimos e Financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

(R\$ milhões)	2024	2023	2022
Posição Financeira Líquida	121,8	(551,2)	(612,3)

ROAE (Return on Average Equity)

O ROAE (Return On Average Equity) consiste no lucro líquido do exercício dividido pelo patrimônio líquido médio (calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício social base e o patrimônio líquido do exercício social anterior) da Companhia (“ROAE”).

O ROAE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não deve ser considerado isoladamente como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O ROAE não possui um significado padrão e, desta forma, outras empresas podem calcular o ROAE de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores do ROAE para os três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em percentuais)	2024	2023	2022
ROAE	2,8%	-39,4%	2,4%

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado Operações Continuadas, do EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e da Margem EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

CÁLCULO DO EBITDA (R\$ milhões)	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	107,4	(1.867,5)	108,5
Resultado financeiro	(12,3)	95,9	(69,8)
Receitas financeiras	(140,6)	(98,1)	(112,5)
Despesas financeiras	190,9	187,6	90,9
Perdas em operações com derivativos	-	-	193,0
Variação cambial líquida	(62,6)	6,4	(241,2)
Imposto de renda e contribuição social	(43,9)	(217,4)	87,2
Corrente	(14,5)	(7,2)	17,5
Diferido	(29,4)	(210,2)	69,7
Depreciação e amortização	249,8	211,2	163,5
(=) EBITDA	301,1	(1.777,7)	289,4
Resultado das operações descontinuadas	-	-	75,2
Equivalência patrimonial	(21,3)	422,0	185,9
(=) EBITDA Ajustado Operações continuadas	279,8	(1.355,7)	550,5
Saldo de outras (receitas) despesas não usuais e com característica de não recorrentes ⁽¹⁾	72,7	1.570,5	138,6
(=) EBITDA Ajustado⁽²⁾	352,5	214,8	689,1
Receita operacional líquida	4.108,3	3.734,1	4.181,9
Margem EBITDA Ajustado Operações continuadas	6,8%	-36,3%	13,2%
Margem EBITDA Ajustada	8,6%	5,8%	16,5%

⁽¹⁾ O saldo de outras despesas (receitas) não usuais e com característica de não recorrentes corresponde: (i) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, se refere a despesas com impairments dos ágios referentes aos investimentos na Rothy's e loasys, despesa com provisão para perda do contas a receber pela venda da ASAIC, despesas com simplificação da estrutura, despesas com baixa de intangível relacionada a sistemas, despesas relacionadas ao projeto de reconfiguração industrial e com consultorias, (ii) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesas com reestruturação de operações internacionais e despesas com reestruturação de serviços de terceiros relativo a contrato de centro de serviços compartilhados e (iii) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a despesas com operações de compra e venda de participações de sociedades e ativos (M&A).

⁽²⁾ O EBITDA Ajustado se refere ao EBITDA de Operações Continuadas ajustado para excluir ou adicionar as receitas (despesas) que, no entendimento da Companhia, são não usuais e com características de não recorrentes em cada exercício e auxiliam a administração da Companhia para medir o desempenho operacional por meio do EBITDA Ajustado.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Posição Financeira Líquida para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

CÁLCULO DA POSIÇÃO FINANCEIRA LÍQUIDA (R\$ milhões)	2024	2023	2022
Empréstimos e Financiamentos circulante e não circulante	(1.379,8)	(1.485,6)	(1.275,3)
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras não circulante	1.501,7	934,4	663,0
Posição Financeira Líquida	121,8	(551,2)	(612,3)

A tabela abaixo evidencia os nossos valores do ROAE nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

(Em R\$ mil, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	107,4	(1.867,5)	108,5
Patrimônio Líquido	4.036,4	3.727,5	5.759,8
Patrimônio Líquido Médio ⁽¹⁾	3.881,9	4.743,7	4.613,5
ROAE	2,8%	-39,4%	2,4%

(1) Calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício social base e o patrimônio líquido do exercício social anterior ao base.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho pela administração da Companhia, por ser medida prática para aferir o desempenho operacional e permitir a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira diferente. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição ao lucro líquido, fluxo de caixa e/ou como base para distribuição de dividendos. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentados por outras companhias. Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do Art. 3º, inciso I, da Resolução da CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados por outras empresas.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas foram apresentadas para demonstrar o desempenho operacional das operações continuadas da Companhia, excluindo a equivalência patrimonial da Rothy's

e as operações que foram classificadas como ativo mantido para venda, quais sejam, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022: (i) a venda da Osklen; e (ii) despesas residuais da operação da marca Mizuno. Para mais informações sobre essas operações, ver item 2.4 deste Formulário de Referência.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada, por sua vez, funcionam como medidas não contábeis utilizadas pela administração da Companhia para medir o desempenho operacional, excluídas receitas ou despesas que possam distorcer a leitura do investidor sobre o efetivo desempenho operacional, pois facilita a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos. A Companhia entende que essas medidas auxiliam na compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa, excluídas receitas ou despesas não usuais e com característica de não recorrentes ou que possam distorcer a leitura do investidor sobre o efetivo desempenho operacional. Além disso, a Companhia acredita que os indicadores acima descritos oferecem aos investidores informação adicional para uma melhor compreensão de sua estrutura financeira em termos de performance.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, alternativas para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicadores de liquidez. Também não têm uma definição padronizada e podem não ser comparáveis aos mesmos indicadores utilizados por outras companhias.

A divulgação de informações sobre a Posição Financeira Líquida visa a apresentar visão geral da posição financeira da Companhia na gestão dos negócios da Companhia. A Companhia entende que essa medida funciona como ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais, como decisões de investimento e de gestão do fluxo de caixa.

A divulgação da medição do ROAE (Return on Average Equity) é útil para a avaliação do nosso resultado e do nosso retorno em relação ao nosso patrimônio líquido médio, pois é uma ferramenta comparativa significativa para mensurar o desempenho operacional e, assim, embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

2.6. Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 30 de janeiro de 2025, a Companhia realizou o pagamento antecipado aos debenturistas da primeira série de 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures no montante de R\$ 565.682 mil, conforme Comunicado ao Mercado e Fato Relevante divulgados no dia 22 de janeiro de 2025.

2.7. Política de destinação dos resultados

A destinação dos resultados da Alpargatas, nos três últimos exercícios sociais, seguiu o estabelecido em seu Estatuto Social, bem como na sua Política de Destinação de Resultados, a qual replica em seu texto as disposições do Estatuto Social referentes às regras de destinação de resultado da Companhia, conforme descritos a seguir:

(a) Regras sobre a retenção de lucros

O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 30 prevê que o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, destinando-se, obrigatoriamente, 5% (cinco por cento) para integrar a reserva legal, até atingir o limite máximo previsto na lei, destinando-se também a parcela necessária para a constituição da reserva para contingências, quando as circunstâncias assim o recomendarem. O parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após deduções legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável. O parágrafo 2º prevê que por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a destinação de recursos para a Reserva Especial, que terá por finalidade garantir: (i) meios financeiros para a operação da Companhia; (ii) recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações; e (iii) o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital nas empresas participadas; sendo tal Reserva Especial formada por até a totalidade da parcela remanescente do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 que remanescer após as deduções legais e pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no §1º deste Artigo, não podendo exceder 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

O parágrafo 3º prevê que o saldo das reservas de lucros, somado ao da reserva legal, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, com base em proposta a ser feita pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na capitalização ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

(b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo Art. 30, parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após as destinações legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.

(c) Periodicidade das distribuições de dividendos

O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 32 prevê que o dividendo de cada exercício poderá ser pago antecipadamente em quatro ou mais parcelas trimestrais ou em intervalos menores, por conta do resultado do exercício, de lucros acumulados ou

de reservas de lucros, observado o disposto nos § 1º e 2º do art. 204 da Lei nº 6.404/76 ou na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.

O parágrafo 1º prevê que as antecipações de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio serão declaradas pelo Conselho de Administração, e serão lastreadas nos últimos balanços trimestrais e de encerramento do exercício, conforme o caso. O parágrafo 2º prevê que o dividendo e/ou os juros sobre capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da reunião do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral que o declarar, sendo que o parágrafo 3º do mesmo artigo prevê que a Assembleia Geral poderá estender o prazo de pagamento do dividendo indicado acima, desde que dentro do exercício social em que foi declarado.

(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 31 diz que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração o julgar incompatível com a situação financeira da Sociedade, observado o que dispõe o § 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

(e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 30 de junho de 2021 (“Política de Destinação de Resultados”).

A última versão da Política de Destinação de Resultados está disponível para consulta no website da Companhia (<https://ri.alpargatas.com.br/>).

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; (b) natureza e o propósito da operação e (c) natureza e

montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10. Plano de Negócios**(a) Investimentos****(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

No ano de 2024, foram investidos R\$159 milhões, dos quais: (i) R\$81,5 milhões direcionados a projeto ligados a sustentação da operação; (ii) R\$31 milhões destinados a projetos que visam redução de custos e ganho de eficiência e (iii) R\$46,5 milhões referente a projetos com foco no crescimento da Companhia.

Em fevereiro de 2025, a Administração da Companhia aprovou investimento (CAPEX) total de R\$ 220 milhões, dos quais: (i) R\$142,5 milhões direcionados a projeto ligados a sustentação da operação; (ii) R\$28,5 milhões destinados a projetos que visam redução de custos e ganho de eficiência e (iii) R\$49 milhões referente a projetos com foco no crescimento da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende usar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os desinvestimentos realizados pela Companhia nos últimos três exercícios sociais são: (i) venda de participação na Osklen (operação concluída); e (ii) venda da operação de Mizuno. Para mais informações sobre essas operações, ver item 2.4 deste Formulário de Referência.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, uma vez que não a Companhia não investiu na aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciem materialmente na capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços: (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimentos de

novos produtos ou serviços; (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados e (v) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia realiza investimentos permanentes em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos. As coleções de sandálias, calçados e vestuários são renovadas anualmente. O gasto com pesquisa e desenvolvimento de produtos em 2024 foi de R\$18,8 milhões, 2023 foi de R\$24,1 milhões e em 2022 foi de R\$24,7 milhões.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios relacionados a questões ASG

A Companhia conta hoje com sua Estratégia de Sustentabilidade, desdobrada a partir de nossa Estratégia Corporativa, que tem por objetivo direcionar e traduzir a nossos públicos de relacionamento o nosso compromisso com a continuidade e a qualidade do nosso negócio, e com a sociedade na qual estamos inseridos.

A Estratégia de Sustentabilidade da Alpargatas se desenvolveu com base nos temas que são mais materiais para o negócio e para as partes que, direta ou indiretamente, se relacionam com ele. O levantamento desses temas busca capturar e traduzir a diversidade de visões, compreensões e expectativas sobre empresa, bem como pontos sensíveis, de impacto, risco e preservação de valor. Como resultado do processo, nossos focos de atuação estratégica emergiram e, conseqüentemente, pautam nossa direção.

Hoje contamos com 3 pilares principais de atuação: 1. ECONOMIA CIRCULAR - onde são trabalhadas oportunidades em uma perspectiva de cadeia de valor, desde a concepção de nossos produtos e embalagens, até a disposição final dos resíduos pós-consumo; 2. OPERAÇÕES RESPONSÁVEIS - onde são trabalhadas oportunidades de otimização e melhoria em nossa produção (mas de forma não limitada a nosso controle operacional), permeando esforços de descarbonização, eficiência e matriz energética e gestão da cadeia de fornecedores e 3. D&I E DESENVOLVIMENTO LOCAL - que busca evolução tanto em nossas práticas internas e em nosso capital humano, como nas regiões nas quais estamos presentes operacionalmente. Essa estrutura é um guia para nossa caminhada, amarrando comprometerimentos de longo prazo e atuação prática necessária.

O ano da publicação foi 2022, sendo 2023 o primeiro ano de implementação. Para mais informações, acessar: <https://alpargatas.com.br/sustentabilidade>

2.11. Outros fatores com influência relevante no desempenho operacional

Não existem outros fatores relevantes que não tenham sido comentados nos itens anteriores

ANEXO II
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
Data-Base: 31/12/2024
(Conforme Anexo A da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DE 2024
1. Lucro Líquido do exercício:

O lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 107.978.542,45 (cento e sete milhões, novecentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio (JCP) já declarados:

Categori a	Montante global de Dividendos + JCP declarados referente ao exercício de 2024 (R\$ mil)			Valor por ação de Dividendos + JCP declarados referente ao exercício de 2024 (R\$/ação)		Data de Pagamento	Forma de pagamento	Data para identificação dos acionistas que têm direito	Data da declaração de pagamento
	Total	ON	PN	ON	PN				
Dividendos	17.180	8.181	8.999	0,02418236607	0,02660060267	20/05/2025	Crédito em conta corrente do acionista	27/02/2025	24/02/2025
Juros sobre o Capital Próprio*	51.543	24.544	26.999	0,07255111074	0,07980622181	20/05/2025	Crédito em conta corrente do acionista	27/02/2025	24/02/2025
TOTAL	68.723	32.725	35.998	0,09673347681	0,10640682448				

* Inclui o valor de R\$ 2.850,65, referente a dividendos e JCP prescritos de exercícios anteriores, conforme indicado no item 4 abaixo.

3. Percentual do Lucro Líquido do exercício distribuído:

		R\$ mil
a	Lucro Líquido do exercício de 2024	107.979
b	Reserva legal	(3.617)

c	Reserva para Incentivos Fiscais	(35.642)
(a-b-c) = d	Lucro Líquido do exercício de 2024 disponível para distribuição	68.720
e	JCP e dividendos não reclamados de exercícios anteriores	3
d+e = f	Lucro Líquido disponível para distribuição	68.723
g	JCP declarados referente ao exercício de 2024	51.543
h	Dividendos declarados referente ao exercício de 2024	17.180
g+h = i	Montante global de JCP + dividendos declarados referente ao exercício de 2024	68.723
i/d	Percentual de JCP + dividendos declarados em relação ao Lucro Líquido disponível para distribuição referente ao exercício de 2024	63,6%

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Durante o exercício 2024, houve a declaração de dividendos e JCP de exercícios anteriores no montante de R\$ 2.850,65, que serão distribuídos em conjunto com o JCP indicado no item 2.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados: (a) o valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe; (b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio; (c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio; (d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Além dos montantes de dividendos e juros sobre capital próprio constantes do item 2, não há outros valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: (a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados; (b) informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: (a) lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores; (b) dividendo e juros sobre o capital próprio distribuído nos 3 exercícios anteriores.

Exercício	Lucro Líquido R\$ milhões
2021	689,6
2022	121,5
2023	-
2024	108,0

Exercício	Montante deliberado R\$ mil	Tipo	R\$ por Ação Ordinária	R\$ por Ação Preferencial
Total 2021	240.000	JCP + dividendos	0,3955	0,4351
Total 2022	não deliberado	-	-	-
Total 2023	não deliberado	-	-	-
Total 2024	68.723	JCP + dividendos	0,0967	0,1064

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal: (a) identificar o montante destinado à reserva legal; (b) detalhar a fórmula de cálculo da reserva legal:

- Montante destinado à reserva legal no exercício 2024 => R\$ 3.617 mil.
- A fórmula de cálculo da reserva legal de R\$ 3.617 mil => cinco por cento de: lucro líquido da controladora R\$ 107.979 mil, menos a reserva de incentivos fiscais de R\$ 35.642 mil.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

A Companhia não possui ações preferenciais com dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório: (a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto; (b) informar se ele está sendo pago integralmente; (c) informar o montante eventualmente retido.

- O Estatuto Social da Alpargatas S.A define, nos artigos reproduzidos a seguir, a forma de cálculo do dividendo obrigatório:

*“**Artigo 30** - O Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, destinando-se, obrigatoriamente, 5% (cinco por cento) para integrar a reserva legal, até atingir o limite máximo previsto na lei, destinando-se também a parcela necessária para a constituição da reserva para contingências, quando as circunstâncias assim o recomendarem.*

§1º - Do lucro remanescente, após deduções legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.”

b) O dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 17.180.017,45 será integralmente pago.

c) Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; (c) justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; (d) justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: (a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) identificar o montante destinado à reserva; (c) descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: (a) identificar o montante da retenção; (b) fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: (a) informar o montante destinado a reserva; (b) explicar a natureza da destinação.

Referente ao exercício de 2024 houve destinação de R\$ 35.642 mil para a Reserva de Incentivos Fiscais em decorrência das subvenções federais através do lucro da exploração na Região Nordeste (SUDENE).

ANEXO III**INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

(Conforme itens 7.3. a 7.6. do Anexo C da RCVM 80/22)

Atendendo ao disposto no artigo 11, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia apresenta os presentes itens 7.3. a 7.6., do Formulário de Referência:

7. Assembleia Geral e Administração

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: (a) nome; (b) data de nascimento; (c) profissão; (d) CPF ou número do passaporte; (e) cargo eletivo ocupado; (f) data de eleição; (g) data da posse; (h) prazo do mandato; (i) se foi eleito pelo controlador ou não; (j) se é membro independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria (k) caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos; (l) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; (m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL	
Data de Nascimento	01/09/1958
Profissão	Administrador
CPF	014.414.218-07
Cargo Eletivo Indicado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da Eleição	19/05/2025
Data da Posse	Em até 30 dias após eleição
Prazo do Mandato	01 ano
Outros cargos ou funções na Alpargatas	Membro do Comitê de Estratégia desde 2017.
Indicado pelo controlador	Sim
Membro Independente	Não
Data de início do primeiro mandato	20/09/2017
Principais experiências profissionais nos últimos 05 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>É Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Itaúsa S.A. desde 2015 e Membro do Conselho de Administração desde 2008 (conselheiro executivo), tendo sido Vice-Presidente até maio/2021; Membro Nato dos Comitês de Estratégia e Novos Negócios, de Governança e Pessoas, e de Sustentabilidade desde maio/2021; Membro da Comissão de Mercado de Capitais desde maio/2009, sendo Coordenador desde maio/2015; Coordenador da Comissão de Investimentos desde abril/2017; Membro da Comissão de Governança Corporativa desde julho/2020, sendo Coordenador desde maio/2021; Membro das Comissões de Auditoria e Riscos, de Finanças, e de Pessoas e Ética desde abril/2017; e foi Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto/2008 a abril/2011.</p> <p>Membro do Conselho de Administração no Itaú Unibanco desde 2007, é atualmente Presidente do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, e Membro do Comitê de Divulgação e Negociação, do Comitê de Nomeação e Governança e do Comitê de Pessoas.</p> <p>É Presidente do Conselho de Administração da Dexco S.A. desde abril/2021 e Membro desde abril/2015, e na Alpargatas e na Copa Energia é Membro do Conselho de Administração desde setembro/2017 e dezembro/2020, respectivamente.</p> <p>É Membro do Comitê Superior de Orientação, Nomenclatura e Ética do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) desde 2010, tendo sido Presidente do Conselho de Administração de 2000 a 2003.</p> <p>Atua como Presidente do Conselho Curador da Fundação Itaú, Presidente do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo (MASP) desde 2015, Membro do Conselho de Administração da Fundação Bienal de São Paulo desde 2009, do Conselho de Administração do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e do Instituto de Arte Contemporânea (IAC).</p> <p>Atuou como Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos de 2003 a 2008 e Membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) de 1999 a 2017.</p> <p>Bacharel e pós-graduado em Administração de Empresas ambos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, Brasil, com curso de especialização no INSEAD, Fontainebleau, França.</p>
Condenação criminal nos últimos 05 anos	Não
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, nos últimos 05 anos	Não

Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, nos últimos 05 anos

Não

JOÃO MOREIRA SALLES	
Data de Nascimento	11/04/1981
Profissão	Economista
CPF	295.520.008-58
Cargo Eletivo Indicado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da Eleição	19/05/2025
Data da Posse	Em até 30 dias após eleição
Prazo do Mandato	01 ano
Outros cargos ou funções na Alpargatas	Membro do Comitê de Finanças, Comitê de Estratégia e Comitê de Gente
Indicado pelo controlador	Sim
Membro Independente	Não
Data de início do primeiro mandato	27/04/2022
Principais experiências profissionais nos últimos 05 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<ul style="list-style-type: none"> • Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde junho de 2017; Membro do Comitê de Estratégia desde maio de 2017. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial. • Iupar - Itaú Unibanco Participações S.A.: Diretor desde junho de 2018; Membro do Conselho de Administração de junho de 2015 a junho de 2018. Atividade principal da empresa: Holding. • Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. (BWSA): Diretor Executivo (cargo atual). É Diretor Presidente da BW Gestão de Investimentos (BWGI) e membro dos Comitês de Investimentos, Risco e Operacional; membro do Conselho Consultivo da Cambuhy Agrícola e responsável pelo acompanhamento das demais subsidiárias da BWSA. Atividade principal da empresa: Holding de instituições não financeiras. • Cambuhy Investimentos: Sócio desde 2013; membro do Comitê de Investimentos desde 2013; membro do Conselho de Administração da investida Parnaíba Gás Natural, entre 2014 e 2017. Atividade principal da empresa: Consultoria em gestão empresarial. • Verallia: Representante da BWGI no Conselho de Administração desde dezembro de 2020. Atividade principal da empresa: produção de vidros.
Condenação criminal nos últimos 05 anos	N/A
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, nos últimos 05 anos	N/A
Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, nos últimos 05 anos	N/A

PEDRO MOREIRA SALLES	
Data de Nascimento	20/10/1959
Profissão	Banqueiro
CPF	551.222.567-72
Cargo Eletivo Indicado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da Eleição	19/05/2025
Data da Posse	Em até 30 dias após eleição
Prazo do Mandato	01 ano
Outros cargos ou funções na Alpargatas	Membro dos Comitês de Estratégia e de Gente desde 2017
Indicado pelo controlador	Sim
Membro Independente	Não
Data de início do primeiro mandato	20/09/2017
Principais experiências profissionais nos últimos 05 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<ul style="list-style-type: none"> • Co-presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding (www.itaunibanco.com.br/ri); • Presidente do Conselho de Administração da Companhia E. Johnston de Participações; • Presidente do Conselho de Administração da CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (www.cbmm.com.br/pt); • Vice-presidente do Conselho de Administração da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.; • É membro dos Comitês de Estratégia e de Gente da Alpargatas S.A. desde 2017; • Conselheiro do Instituto Moreira Salles (www.ims.com.br); • Membro do Conselho Orientador da Fundação Osesp (www.osesp.art.br/osesp/fundacao); • Membro do Conselho Deliberativo e da Assembleia de Associados do INSPER (www.insper.edu.br); • Conselheiro do ITpS: Instituto Todos pela Saúde (https://www.itps.org.br); • Presidente do Conselho de Administração do Instituto Unibanco (www.institutounibanco.org.br);
Condenação criminal nos últimos 05 anos	Não
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, nos últimos 05 anos	Não
Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, nos últimos 05 anos	Não

RODOLFO VILLELA MARINO	
Data de Nascimento	14/11/1975
Profissão	Administrador
CPF	271.943.018-81
Cargo Eletivo Indicado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da Eleição	19/05/2025
Data da Posse	Em até 30 dias após eleição
Prazo do Mandato	01 ano
Outros cargos ou funções na Alpargatas	Membro dos Comitês de Auditoria desde 2018, e de Estratégia e de Gente desde 2017
Indicado pelo controlador	Sim
Membro Independente	Não
Data de início do primeiro mandato	20/09/2017

Principais experiências profissionais nos últimos 05 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

É Membro do Conselho de Administração (conselheiro executivo) da Itaúsa S.A. desde maio/2011, tendo sido Suplente de abril/2009 a maio/2011, é Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de maio/2015 a abril/2022. É presidente do conselho de administração do Instituto Itaúsa desde 2023. Também é Membro dos Comitês de Estratégia e Novos Negócios e de Governança e Pessoas desde maio/21; Membro do Comitê de Sustentabilidade desde maio/21, tendo sido Co-coordenador de agosto/2022 a maio/2023; Coordenador da Comissão de Pessoas e Ética desde abril/17; Membro da Comissão de Finanças desde abril/17, sendo Coordenador desde maio/21; Membro das Comissões de Auditoria e Riscos, e de Investimentos desde abril/17, de Mercado de Capitais desde maio/09, de Sustentabilidade desde junho/19, e de Governança Corporativa desde julho/20.

Na Dexco S.A., é Membro do Conselho de Administração desde agosto/2009 (como suplente desde julho/2024); Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde maio/2020, tendo sido de abril/2018 a maio/2019 e de novembro/2009 a maio/2017; e Membro do Comitê de Sustentabilidade desde novembro/2009, sendo Presidente de maio/2019 a agosto/2023. Foi Membro do Comitê de Finanças de dezembro/2021 a agosto/2023; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a março/2022, e Membro do Comitê de Divulgação e Negociação (atual Comissão de Divulgação e Nomeação) de maio/2019 a maio/2020, tendo sido também de maio/2017 a abril/2018, de abril/2015 a abril/2016, de abril/2013 a abril/2014, de maio/2011 a abril/2012 e de novembro/2009 a abril/2010.

É Membro do Conselho de Administração da Alpargatas S.A. desde setembro/2017, Membro do Comitê de Estratégia e de Gente desde outubro/2017 e do Comitê de Auditoria Estatutário desde abril/2018. Membro Suplente do Conselho de Administração da Copa Energia S.A. desde maio/2021, tendo sido membro efetivo de dezembro/2020 a abril/2021; Membro do Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. desde julho/2021; e Diretor Gerente da Rudric lth Participações Ltda. desde abril/2005.

Atua também como Presidente do Instituto Itaúsa desde junho/2023; Membro do Conselho Curador da Fundação Itaú desde maio/2019; Membro do Conselho de Administração do Instituto Unibanco desde abril/2014; Membro do Conselho da Associação Pró-Dança; Membro do Conselho Consultivo da Sociedade de Cultura Artística desde junho/2020; Membro do Conselho de Administração do IEDI - Instituto para Estudos do Desenvolvimento Industrial desde agosto/2015; Membro do Conselho de Governança do Todos pela Educação desde abril/2019; Membro do Conselho Fiscal do Instituto Yandeh desde agosto/2017; Membro do Conselho Consultivo do IBÁ – Instituto Brasileiro de Árvores desde dezembro/2017; Membro da Young Presidents Organization - YPO/WPO desde dezembro/2011; Diretor Presidente da Associação Comunitária Despertar desde abril/2020; Membro do Conselho de Administração da Todavia Livros desde

	março/2018; Membro do Conselho de Administração da Tempo Livre PTE Ltd (“Cariuma”) desde dezembro/2017; Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EASP/FGV - Fundação Getulio Vargas - agosto/1994 a junho/1998. Mestre em Economia e Filosofia pela London School of Economics and Political Science (LSE) - setembro/2001. Mestre em Estudos do Desenvolvimento pela London School of Economics and Political Science (LSE) – setembro/2002.
Condenação criminal nos últimos 05 anos	Não
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, nos últimos 05 anos	Não
Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, nos últimos 05 anos	Não

LUIZ FERNANDO ZIEGLER DE SAINT EDMOND	
Data de Nascimento	15/04/1966
Profissão	Engenheiro
CPF	010.537.007-09
Cargo Eletivo Indicado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da Eleição	19/05/2025
Data da Posse	Em até 30 dias após eleição
Prazo do Mandato	01 ano
Outros cargos ou funções na Alpargatas	Coordenador do Comitê de Estratégia e Membro do Comitê de Gente. CEO interino da Alpargatas de Abril/2023 a Janeiro/2024
Indicado pelo controlador	Sim
Membro Independente	Não
Data de início do primeiro mandato	27/04/2018
Principais experiências profissionais nos últimos 05 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Co-Founder & Principal na Dream pact Ventures (Fundo de Investimentos Privado); Conselheiro e Chairman da IMC-International Meal Company (Restaurantes); Conselheiro e membro do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade e do Comitê Financeiro da Americanas S.A.; Conselheiro, Coordenador do Comitê de Estratégia e Membro do Comitê de Gente da Alpargatas S.A. CEO interino da Alpargatas de Abril/23-Jan/24.
Condenação criminal nos últimos 05 anos	Não
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, nos últimos 05 anos	Não
Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, nos últimos 05 anos	Não

MARCELO PEREIRA LOPES DE MEDEIROS	
Data de Nascimento	04/05/1960
Profissão	Engenheiro Civil
CPF	022.725.508-94
Cargo Eletivo Indicado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da Eleição	19/05/2025
Data da Posse	Em até 30 dias após eleição
Prazo do Mandato	01 ano
Outros cargos ou funções na Alpargatas	Membro licenciado temporariamente dos Comitês de Estratégia e de Gente
Indicado pelo controlador	Não
Membro Independente	Sim
Data de início do primeiro mandato	20/09/2017
Principais experiências profissionais nos últimos 05 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Co-Fundador e Presidente do Conselho da re.green S.A. (empresa de restauração ecológica em larga escala). Sócio da Lanx Capital Investimentos Ltda. (setor de gestão de recursos) e é formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP.</p> <p>Anteriormente, foi conselheiro de diversas empresas, incluindo: PRAVALER S.A. (setor de financiamento à educação), Parnaíba Gás Natural S.A. (setor de óleo e gás); Technos S.A. (setor de comércio e varejo); RB Capital S.A. (setor financeiro); Brazil Trade Shows Partners S.A. (setor de exposições e feiras de negócios); Damásio Educacional S.A. (setor de educação), ALL S.A. (transportes), Springs Global S.A. (setor têxtil); Cia. Hering (setor de comércio e varejo), TAM S.A. (companhia aérea) e Votorantim S/A.</p> <p>Foi diretor e membro do comitê executivo para América Latina do Credit Suisse Group (setor financeiro), sócio do Banco de Investimentos Garantia (setor financeiro) e sócio fundador do Banco Capitaltec S.A. (setor financeiro).</p>
Condenação criminal nos últimos 05 anos	Não
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, nos últimos 05 anos	Não
Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, nos últimos 05 anos	Não

STACEY KIRKPATRICK BROWN	
Data de Nascimento	12/04/1958
Profissão	B.A. pela University of California, Los Angeles (UCLA) 1980
Passaporte	A43713933 (Passaporte emitido pelos Estados Unidos da América)
Cargo Eletivo Indicado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da Eleição	19/05/2025
Data da Posse	Em até 30 dias após eleição
Prazo do Mandato	01 ano
Outros cargos ou funções na Alpargatas	Membro do Comitê de Estratégia desde 2019
Indicado pelo controlador	Não
Membro Independente	Sim
Data de início do primeiro mandato	30/08/2019
Principais experiências profissionais nos últimos 05 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	2022 – atual: Consultora de negócios 2021 – atual: Membro do Conselho de Administração da Rothy's 2017-2022 - Apple Inc - Diretora Sr. WW Merchandising, Varejo 2012 - 2017 Apple Inc - Diretora Sr Expansão de Varejo, Londres, Reino Unidos e Regiões APAC
Condenação criminal nos últimos 05 anos	Não
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, nos últimos 05 anos	Não
Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, nos últimos 05 anos	Não

Silvio Tini de Araújo	
Data de Nascimento	02/07/1946
Profissão	Empresário
CPF	064.065.488-68
Cargo Eletivo Indicado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da Eleição	19/05/2025
Data da Posse	Em até 30 dias após eleição
Prazo do Mandato	01 ano
Outros cargos ou funções na Alpargatas	N/A
Indicado pelo controlador	Não
Membro Independente	Não
Data de início do primeiro mandato	26/04/2011
Principais experiências profissionais nos últimos 05 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Lidera a Bonsucex Holding desde sua fundação, em 1982. Bacharel em Ciências Jurídicas e Econômicas é graduado e pós-graduado em Direito Civil pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, com extensão em Macroeconomia pela New York Institute of Finance – NYIF. É presidente do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. e membro do Conselho de Administração da Alpargatas S.A. É membro do Comitê de Finanças da Alpargatas S.A. Conselheiro do Museu de Arte de São Paulo (MASP), e, fundador e vice-presidente de honra do Museu Brasileiro de Escultura (MUBE). Além disso, é conselheiro da Sociedade Hípica Paulista (SHP) e fundador da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Andaluz-Brasileiro (ABCAB). Foi Conselheiro do São Paulo Golf Clube (SPGC), e, é presidente e fundador do Pôr do Sol Golf Clube. É sócio remido e benfeitor do Sport Club Corinthians Paulista (SCCP).
Condenação criminal nos últimos 05 anos	Não
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, nos últimos 05 anos	Há processo com condenação em multa pecuniária em fase de recurso administrativo ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (PAS CVM 19957.002306/2023-24).
Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, nos últimos 05 anos	A condenação administrativa de inabilitação por 5 anos imposta pela CVM (PAS CVM 19957.001830/2021-16) foi suspensa por ordem da MM. Juíza da 14ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo, Capital, no processo n. 5003075-96.2025.4.03.6100.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3. em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

(a) administradores do emissor;

Não se aplica.

(b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;

Não se aplica.

(c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;

- Alfredo Egydio Setubal (Membro do CA da Alpargatas), pai de Alfredo Egydio Nugent Setubal e de Marina Nugent Setubal, é irmão de José Luiz Egydio Setubal, Maria Alice Setubal, Roberto Egydio Setubal, Olavo Egydio Setubal Júnior, Paulo Setubal Neto e Ricardo Egydio Setubal, e todos são controladores indiretos da Alpargatas por intermédio da Companhia ESA, controladora da Itaúsa S.A., que por sua vez é controladora direta da Alpargatas.

- Rodolfo Villela Marino (Membro do CA da Alpargatas) é irmão de Ricardo Villela Marino e ambos são controladores indiretos da Alpargatas por intermédio da Companhia ESA, controladora da Itaúsa S.A., que por sua vez é controladora direta da Alpargatas.

- João Moreira Salles é filho do Sr. Pedro Moreira Salles, Presidente do Conselho de Administração da Alpargatas S.A. Ademais, é pessoa vinculada aos acionistas Cambuhy Alpa Holding Ltda. e Alpa Fundo de Investimento em Ações, que compõem o bloco de controle da Alpargatas S.A.

(d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

- Alfredo Egydio Setubal (Membro do CA da Alpargatas) é irmão de Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA da controladora direta Itaúsa S.A.) e de Ricardo Egydio Setubal (Membro Suplente do CA e Diretor Vice-Presidente da controladora direta Itaúsa S.A. e Diretor Vice-Presidente da Companhia ESA, controladora da direta da Itaúsa S.A.).

- Rodolfo Villela Marino (Membro do CA da Alpargatas) é irmão de Ricardo Villela Marino e ambos são controladores indiretos da Alpargatas por intermédio da Companhia ESA, controladora da Itaúsa S.A., que por sua vez é controladora direta da Alpargatas.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:
(a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual

ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social ; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não se aplica.

b. controlador direto ou indireto do emissor

- Alfredo Egydio Setubal (Membro do CA da Alpargatas) é integrante do grupo de controle da Companhia ESA, controladora direta da Itaúsa S.A., que por sua vez é controladora direta da Alpargatas.

- Rodolfo Villela Marino (Membro do CA da Alpargatas) é integrante do grupo de controle da Companhia ESA, controladora direta da Itaúsa S.A., que por sua vez é controladora direta da Alpargatas.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.

ANEXO IV

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

Atendendo ao disposto no artigo 13, inciso II da Resolução CVM 81/2022, a Companhia vem disponibilizar as seguintes informações:

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Alpargatas possui uma política de remuneração formalmente aprovada. A prática de remuneração, administrada pelo Vice-Presidente de Pessoas Global em conjunto com o Diretor Presidente e aplicável a todos os administradores e colaboradores da Alpargatas, tem por objetivo oferecer um pacote de remuneração que garanta um salário competitivo, estimular o empreendedorismo e a meritocracia, por meio de um modelo de incentivos de curto e longo prazo atrelados aos resultados e à geração de valor, além dos benefícios normais de mercado.

As movimentações, tais como, concessões de reajustes por mérito, promoções, levam em consideração o desempenho diferenciado e qualquer proposta de revisão, seja no salário, honorários, benefícios e ou até mesmo alterações das estruturas dos incentivos de curto e longo prazo, devem ser submetidos à avaliação do Comitê de Assessoramento e posterior aprovação do Conselho de Administração.

As remunerações têm por objetivo:

- Remuneração Fixa: reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do executivo;
- Remuneração Variável: premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado;
- Benefícios: promover benefícios assistenciais compatível com as práticas do mercado; e
- Remuneração baseada em ações: (a) reforçar nossa capacidade para atrair e reter talentos; (b) alinhar os interesses dos colaboradores aos interesses de nossos acionistas; (c) compartilhar nossos riscos e ganhos com nossos colaboradores; e (d) balancear as formas de remuneração a curto e longo prazo, visando à continuidade dos nossos negócios.

Para os membros do Conselho de Administração e para os membros das Comissões de Assessoramento, oferecemos honorários mensais fixos e, adicionalmente para os membros independentes, que além da participação no Conselho de Administração,

também coordenam uma das Comissões de assessoramento, participação em nosso programa de Incentivo de Longo Prazo.

A partir de 2018, o Conselho Fiscal não foi mais instalado em Assembleia Geral de acionistas.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participem do processo decisório, identificando de que forma participam;

A gestão da remuneração é feita pela Vice-Presidência de Pessoas Global que, em conjunto com o Diretor Presidente, avaliam as necessidades e submetem ao Comitê de Gente e Gestão as propostas que dentro das responsabilidades, estão:

Processo de Avaliação e Prática de Remuneração:

i. Discutir com o Diretor Presidente e com a área de recursos humanos o formato e o processo do sistema de avaliação de funcionários da Companhia;

ii. Definir a prática de remuneração da Companhia a partir das recomendações do Diretor Presidente e da área de recursos humanos. A prática de remuneração definida pelo Comitê de Gente abrange todos os aspectos de remuneração direta e indireta, incluindo o plano de cargos e salários, benefícios, eventuais prêmios e remunerações por desempenho e eventuais estruturas de incentivo de longo prazo. A política de remuneração definida pelo Comitê de Gente deverá ser submetida à aprovação do Conselho de Administração; e

iii. Caso o Comitê de Gente julgue necessário, poderão ser contratadas Consultorias Especializadas para auxiliar na estruturação dos processos de avaliação e da política.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

Para a Diretoria Estatutária e não Estatutária, para definir a remuneração de cada cargo, adotamos a metodologia de pontos que levam em consideração o conhecimento requerido para a função, a responsabilidade e impacto nos resultados, bem como a autonomia para tomada de decisão. Esses fatores são obtidos através da descrição de cargos que resultam em uma pontuação. Essa pontuação é aplicada na equação de mercado e com isso apuramos o valor da remuneração. A equação é atualizada anualmente.

Para o Conselho de Administração e Comissões de Assessoramento, contratamos pesquisas de mercado para auxiliar na definição da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Anualmente o Vice-Presidente de Pessoas em conjunto com o Diretor Presidente, recebem estudo das práticas de mercado e, se cabíveis, recomendações para revisão. Essas recomendações são submetidas ao Comitê de Gente e Gestão que, se entender aplicável, deverá submeter ao Conselho de Administração para aprovação de eventuais

mudanças na prática de remuneração da Companhia

(c) composição da remuneração, indicando:

- (i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação cada um deles:**

(a) seus objetivos e alinhamento as interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

Os membros efetivos do Conselho de Administração recebem, como remuneração fixa, honorários mensais. O montante total anual da remuneração do Conselho de Administração é aprovado em Assembleia Geral Ordinária de acionistas. Apenas aos membros independentes do Conselho, além dos honorários, também participam de nosso programa de Incentivo de Longo Prazo. Para nenhum dos membros são oferecidos benefícios.

Comitês Internos

Os membros efetivos dos Comitês internos recebem, como remuneração fixa, honorários mensais. Os montantes totais anuais da remuneração dos Comitês são aprovados em Assembleia Geral Ordinária de acionistas. Não são oferecidos benefícios e incentivos aos membros dos Comitês, exceto se também participam do Conselho de Administração.

Diretorias estatutária e não-estatutária

Os membros das Diretorias estatutária e não-estatutária recebem um salário fixo mensal e uma remuneração variável (incentivos de curto e longo prazo). Além dos parâmetros de mercado, a determinação da remuneração dos diretores considera a experiência necessária para o exercício do cargo, a complexidade da função, a responsabilidade e o impacto nos resultados. Os benefícios recebidos pelos diretores estão atrelados ao mercado. Os programas de curto prazo, estão atrelados aos indicadores de negócios e alinhados ao plano operacional do respectivo ano. Nesse programa, além dos indicadores financeiros, todos devem contratar metas individuais. A definição e vinculação com ESG é comum nas cadeiras com atuação direta no tema.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

(b) sua proporção na remuneração total dos 3 últimos exercícios
REMUNERAÇÃO TOTAL POR ÓRGÃO 2024

COMPOSIÇÃO	REMUNERAÇÃO FIXA		REMUNERAÇÃO VARIÁVEL		REMUN. BASEADA EM AÇÕES	REMUN. TOTAL
	Salários e Pro-Labore	Benefícios	ICP (bônus)	ILP UVV		
Conselho de Administração	84%	0%	0%	0%	16%	100%
Diretoria Estatutária	36%	3%	32%	0%	29%	100%

REMUNERAÇÃO TOTAL POR ÓRGÃO 2023

COMPOSIÇÃO	REMUNERAÇÃO FIXA		REMUNERAÇÃO VARIÁVEL		REMUN. BASEADA EM AÇÕES	REMUN. TOTAL
	Salários e Pro-Labore	Benefícios	ICP (bônus)	ILP UVV		
Conselho de Administração	52%	0%	0%	0%	48%	100%
Diretoria Estatutária	129%	1%	0%	0%	-229%	-100%

REMUNERAÇÃO TOTAL POR ÓRGÃO 2022

COMPOSIÇÃO	REMUNERAÇÃO FIXA		REMUNERAÇÃO VARIÁVEL		REMUN. BASEADA EM AÇÕES	REMUN. TOTAL
	Salários e Pro-Labore	Benefícios	ICP (bônus)	ILP UVV		
Conselho de Administração	97%	0%	0%	0%	3%	100%
Diretoria Estatutária	33%	0%	0%	0%	66%	100%

(c) sua metodologia de cálculo e de reajuste
Conselhos de Administração e Fiscal, e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração
Remuneração fixa anual:

- Salário ou pró-labore – os honorários dos membros efetivos do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento sofrem reajustes após análises de mercado. As pesquisas anuais, são contratadas de Consultorias Especializadas no tema. Com relação ao Conselho Fiscal, caso este seja instalado, sua remuneração estará alinhada às regras estipuladas pela Lei das Sociedades por Ações (sobretudo art. 162, §3º).
- Benefícios diretos e indiretos – não se aplica.
- Remuneração por participação em comitês – os honorários dos Coordenadores dos Comitês de Assessoramento sofrem reajustes após análises de mercado. As pesquisas anuais são contratadas de Consultorias Especializadas no tema.
- Outros – não se aplica.

Remuneração variável, segregada em:

- Bônus – não se aplica.
- Participação nos resultados – não se aplica.
- Remuneração por participação em reuniões – não se aplica.
- Comissões – não se aplica.
- Outros – não se aplica.

Benefícios pós-emprego – não se aplica.

Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo – não se aplica.

Remuneração baseada em ações, incluindo opções – Concedido exclusivamente aos membros do Conselho de Administração que também coordenam um dos Comitês de Assessoramento, os targets salariais, são definidos com base nas pesquisas anuais de mercado, contratadas de Consultorias Especializadas.

A Vice-Presidência de Pessoas é a responsável pela gestão da remuneração total, considerando a definição da estratégia da remuneração, parâmetros para as comparações (média, mediana, 3ºQ e P90), mercado, composição dos benefícios, estrutura dos incentivos de curto e longo prazos. As revisões, propostas para alterações de estrutura, mudança em sua composição, são submetidas à análise do Comitê de Gente e Gestão para posterior aprovação do Conselho de Administração.

Diretorias estatutária e não estatutária

A responsabilidade pela gestão da prática de remuneração dos diretores estatutários e não estatutários é da Vice-Presidência de Pessoas. A prática contempla o acompanhamento da remuneração fixa frente ao mercado, parâmetros da remuneração variável, concessões e administração dos benefícios. A Alpargatas utiliza a metodologia de sistema de pontos através de um Consultoria Especializada em remuneração, para avaliar os cargos e funções existentes na estrutura organizacional. Anualmente, as bases da remuneração são atualizadas a partir de pesquisa salarial elaborada por consultoria junto a empresas do mesmo porte da Alpargatas e, sempre que possível, do mesmo setor ou mercado de atuação. A concessão de reajustes ou mudança do pacote de remuneração seguirá as tendências de mercado, acompanhadas pela equipe de Recursos Humanos, bem como o nível de competência e o desempenho e performance dos executivos.

Remuneração fixa anual:

- Salário ou pró-labore – anualmente atualizamos as tabelas salariais, com base nas pesquisas anuais de mercado contratadas de Consultorias Especializadas. Os cargos são avaliados seguindo a metodologia de pontos através de Consultoria Especializada em remuneração e na metodologia. A aplicação de eventuais reajustes, estão atrelados ao posicionamento na faixa salarial, performance individual e *budget*. As propostas são submetidas à análise do Comitê de Gente e Gestão para posterior aprovação do Conselho de Administração.
- Benefícios diretos e indiretos – acompanhamos através de participação em

pesquisas anuais especializadas no tema, a composição de nosso pacote de benefícios frente ao mercado, identificando qualquer necessidade de ajustes, as propostas são submetidas à análise do Comitê de Gente e Gestão para posterior aprovação do Conselho de Administração.

- Remuneração por participação em comitês – não se aplica.
- Outros – não se aplica.

Remuneração variável, segregada em:

- Bônus – especificamente para a Diretoria Estatutária, acompanhamos as práticas de mercado, principalmente os *targets* salariais aplicados para esse programa. A estrutura e forma de remunerar são ligadas as estratégias da empresa e visam impulsionar o atingimento e superação dos resultados no curto prazo.
- Participação nos resultados – especificamente para a Diretoria não Estatutária, são acompanhadas as práticas de mercado, principalmente os *targets* salariais aplicados para esse programa. A estrutura e forma de remunerar são ligadas as estratégias da empresa e visam impulsionar o atingimento e superação dos resultados no curto prazo.
- Remuneração por participação em reuniões – não se aplica.
- Comissões – não se aplica.
- Outros – não se aplica.

Benefícios pós-emprego – seguem o regulamento de elegibilidade vigente em nosso plano de previdência complementar Privada.

Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo – não se aplica.

Remuneração baseada em ações, incluindo opções – são acompanhadas as práticas de mercado, principalmente os *targets* salariais aplicados para esse programa. Estrutura e forma de remunerar são ligadas as estratégias da empresa e visam, além de atrair e reter talentos, ampliar o sentimento de dono um de nossos princípios.

A Vice-Presidência de Pessoas é a responsável pela gestão da remuneração total, considerando a definição da estratégia da remuneração, parâmetros para as comparações (média, mediana, 3ºQ e P90), mercado, composição dos benefícios, estrutura dos incentivos de curto e longo prazos.

(d) principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, no que for aplicável, indicadores ligados a questões ASG.

O Incentivo de Longo Prazo e o de Curto Prazo, são instrumentos de remuneração que utilizam indicadores de performance para gerar o reconhecimento financeiro.

O Incentivo de Longo Prazo está totalmente atrelado à valorização do preço da ação de emissão da Companhia no mercado. O preço de outorga deve apresentar valorização acima da meta de performance e, uma vez atingida essa meta, os participantes, mantendo seu vínculo com a empresa até o cumprimento do período de carência, farão jus à quantidade de ações outorgadas, considerando o desconto dos impostos sobre essa remuneração. Portanto o Incentivo de Longo Prazo incentiva medidas para a

valorização da ação com geração de resultado e reconhecimento.

O Incentivo de Curto Prazo é composto por indicadores coletivos de negócios, podendo ou não, ser indicadores financeiros. No caso de indicadores financeiros, há medição através do crescimento frente ao ano anterior, sendo os indicadores usuais mais utilizados o EBITDA, Receita Líquida, redução de despesas, *market share*, entre outros. A definição do indicador está diretamente atrelada à área de atuação do beneficiário. Nos programas de incentivo, não há obrigatoriedade da inclusão de indicadores ligados a ASG.

(i) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração total é composta por:

Remuneração Fixa

- Salários/Pró-labore/Honorários: aplicável ao Conselho de Administração, Comissões de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária é estabelecida de acordo com as atribuições e responsabilidades inerentes ao exercício da função e de acordo com as pesquisas salariais. Objetiva garantir aos executivos um valor que traga conforto e segurança financeira aos seus familiares.
- Benefícios: tem como objetivo assegurar aos executivos e seus familiares conforto e tranquilidade nas questões de saúde e aposentadoria. Este componente é aplicável somente para a Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária

Remuneração Variável

- Incentivo de Curto Prazo (Bônus): Este componente, aplicável somente para a Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária, concedido anualmente, tem os valores definidos com base no alcance de metas pré-estabelecidas para um exercício social. Tem como objetivo motivar os executivos a conquistar melhores resultados para a empresa, com visão no curto prazo.
- Incentivo de Longo Prazo: Até 2015, a Companhia praticava um plano de remuneração baseada em ações, o qual foi substituído pelo plano atrelado à unidade virtual de valor (Plano UVV), que considera, dentre outros indicadores, o pagamento de dividendos e o crescimento do EBITDA. Este programa tem como objetivo o vínculo dos executivos com o plano plurianual de 5 anos e a retenção destes participantes. Este programa (UVV) foi encerrado em 2017. Em 2018 foi outorgado, em caráter extraordinário, o Incentivo de Aquisição no modelo de *restricted shares* com o objetivo de fomentar a permanência na empresa e a valorização das ações nos próximos 5 anos. Em 2019, lançamos o Programa de Sócios composto pelo Plano Discricionário com *vesting* de 5 anos e pelo Plano de Matching, que considera a aquisição de ações por parte dos Executivos com a correspondente contrapartida por parte da Alpargatas. Este plano considera *vesting* de 3 anos. O total outorgado entre os 2 planos devem respeitar a meta da remuneração. Este componente é aplicável aos membros das Comissões de Assessoramento na função de Coordenadores e que também compõem o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

(ii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Alpargatas não possui membros não remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Conselhos de Administração e Fiscal, e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Não há remuneração de nossos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário

Não há remuneração ou benefícios vinculados a ocorrências de quaisquer eventos societários.

8.2. Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total PREVISTA para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	0,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	0,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.182.337,53	11.290.896,47	0,00	17.473.234,00
Benefícios direto e indireto	0,00	126.104,00	0,00	126.104,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.775.620,00	0,00	8.775.620,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Pós-emprego	0,00	845.742,00	0,00	845.742,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.021.236,38	8.656.732,00	0,00	9.677.968,38
Observação	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	
Total da remuneração	7.203.573,91	29.695.094,47	0,00	36.898.668,38

Remuneração total REAL para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,91	0,00	17,31
Nº de membros remunerados	8,00	3,91	0,00	17,31
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.475.059,57	11.038.823,47	0,00	15.513.883,04
Benefícios direto e indireto	0,00	109.640,00	0,00	109.640,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.736.561,00	0,00	9.736.561,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Pós-emprego	0,00	804.948,00	0,00	804.948,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	839.151,82	8.805.976,00	0,00	9.645.127,82
Observação	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	
Total da remuneração	5.314.211,40	30.495.948,47	0,00	35.810.159,87

Remuneração total REAL do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	0,00	16,75
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	0,00	16,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.578.842,37	10.102.148,26	0,00	15.165.973,27
Benefícios direto e indireto	0,00	76.746,18	0,00	76.746,18
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Pós-emprego	0,00	436.502,80	0,00	436.502,80
Cessaçã o do cargo	0,00	5.208.236,69	0,00	5.208.236,69
Baseada em ações (incluindo opções)	3.263.286,44	-28.050.211,46	0,00	-24.786.925,02
Observação	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	
Total da remuneração	6.842.128,80	-12.226.577,54	0,00	-3.899.466,09

Remuneração total REAL do Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	0,00	17,00
Nº de membros remunerados	7,67	4,00	0,00	16,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.485.232,45	6.280.181,30	0,00	11.334.498,54
Benefícios direto e indireto	0,00	83.849,88	0,00	83.849,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	Alinha de Remuneração Variável 'Outros' se refere ao Incentivo de Longo Prazo (Plano UVV).	n/a	Alinha de Remuneração Variável 'Outros' se refere ao Incentivo de Longo Prazo (Plano UVV).
Pós-emprego	0,00	433.386,09	0,00	433.386,09
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	44.502,00	13.353.589,43	0,00	13.398.091,43
Observação	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros do Conselho da de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	
Total da remuneração	3.529.734,45	20.151.006,70	0,00	25.249.825,94

8.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A política de remuneração da Alpargatas não contempla programas de remuneração variável para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e nem para os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração. No quadro abaixo seguem informações adicionais referentes à remuneração variável (bônus), atribuída à Diretoria Estatutária:

Remuneração variável – prevista para o exercício social 31/12/2025

	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - PREVISTO 2025 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	0,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	0,00	18,00
	Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	7.020.494,40	0,00	7.020.494,40
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.530.741,60	0,00	10.530.741,60
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	8.775.618,00	0,00	8.775.618,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2024

	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - REAL 2024 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,91	0,00	17,31
Nº de membros remunerados	8,00	3,91	0,00	17,31
	Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4.292.873,50	0,00	4.292.873,50
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12.878.620,50	0,00	12.878.620,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	8.585.747,00	0,00	8.585.747,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	9.736.581,08	0,00	9.736.581,08
	Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2023

	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - REAL 2023 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	0,00	12,00
	Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4.709.679,62	0,00	4.709.679,62
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14.129.038,85	0,00	14.129.038,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	9.419.359,24	0,00	9.419.359,24
valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2022

	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - REAL 2022 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	0,00	17,00
Nº de membros remunerados	7,67	4,00	0,00	16,67
	Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4.464.565,83	0,00	4.464.565,83
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13.393.697,48	0,00	13.393.697,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	8.929.131,65	0,00	8.929.131,65
valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Até 2015, a Companhia praticava um plano de remuneração baseada em ações, o qual foi substituído pelo plano atrelado à unidade virtual de valor (Plano UVV), que considera, dentre outros indicadores, o pagamento de dividendos e o crescimento do EBITDA. Este programa tem como objetivo o vínculo dos executivos com o plano plurianual de 5 anos e a retenção destes participantes. Este programa (UVV) foi encerrado em 2017. Em 2018 foi outorgado, em caráter extraordinário, o Incentivo de Aquisição no modelo de restricted shares com o objetivo de fomentar a permanência na empresa e a valorização das ações nos próximos 5 anos. Em 2019, lançamos o Programa de Sócios composto pelo Plano Discricionário com vesting de 5 anos e pelo Plano de Matching, que considera a aquisição de ações por parte dos Executivos com a correspondente contrapartida por parte da Alpargatas. Este plano considera vesting de 3 anos. O total outorgado entre os 2 planos devem respeitar o target da remuneração. Este componente é aplicável aos membros das Comissões de Assessoramento na função de Coordenadores e que também compõem o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

Plano Matching

(a) Termos e Condições Gerais

Foi outorgado um novo plano de outorga de ações, denominado “Plano de Outorga da Ações (Plano *Matching*)” (“Plano Matching” ou “Plano”)

São elegíveis ao Plano os administradores e empregados da Companhia eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano (“Beneficiários”) - a base será os empregados que receberam bônus anual líquido (“Incentivo de Curto Prazo”) no ano da outorga - e que manifestaram a vontade de aderir ao Plano, mediante a celebração do respectivo instrumento particular de outorga de Ações de *Matching* (conforme definido abaixo) (“Contrato de Outorga”), em favor dos quais a Companhia outorgará ações preferenciais de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”), sob o código ALPA4 (“Ações de Matching”).

(b) data de aprovação e órgão responsável

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 15 de outubro de 2019.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, ações representativas de, no máximo, 1% (um por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano, o qual poderá ser ajustado em casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em

outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, se o Conselho de Administração avaliar como necessários ajustes no Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

O plano não prevê outorgas de opções e sim somente de ações

(e) Condições de aquisição de ações

O direito dos Beneficiários em relação às Ações de *Matching*, especialmente o direito de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente será plenamente adquirido se o Beneficiário: (i) permanecer continuamente vinculado como administrador, diretor ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e, cumulativamente, (ii) mantiver, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as Ações Próprias, por todo o período compreendido desde a data de assinatura do respectivo Contrato de Outorga ("Data de Outorga") até o terceiro aniversário da Data de Outorga, quando 100% (cem por cento) das Ações de *Matching* serão vestidas.

Além disso, uma vez cumpridas as condições previstas no Plano, a quantidade de Ações de *Matching* a ser entregues ao Beneficiário será: (i) aumentada no montante equivalente ao total, por ação preferencial de emissão da Companhia negociada na B3 S.A. sob o código ALPA4, de proventos distribuídos pela Companhia como dividendos e/ou juros sobre capital próprio, declarados e pagos entre a Data de Outorga e a data de transferência das Ações de *Matching* ao Beneficiário, multiplicado pela quantidade de Ações de *Matching* outorgada ao Beneficiário em questão ("Proventos Acumulados"), nos termos do Plano; e (ii) reduzida no montante equivalente ao valor dos tributos que devem ser retidos, nos termos do Plano.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de aquisição equivale ao preço de fechamento da ação, do dia anterior ao do cumprimento do período de carência.

(g) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não há prazo de exercício das outorgas pelo Beneficiário, uma vez satisfeitas as condições previstas no Plano, após o Período de Carência, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá, a título não oneroso, por meio de operação privada, para o nome dos Beneficiários, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do término de cada Período de Carência, ou outra data prevista no Contrato de Outorga, conforme aplicável, a quantidade de Ações de *Matching* a que os Beneficiários façam jus, observado que a Companhia arcará com eventuais custos operacionais junto ao agente escriturador para a transferência de tais Ações de *Matching*. Caso contrário, haverá a prescrição das ações restritas. Assim, não há a necessidade de se solicitar o resgate das ações restritas, ou mesmo a necessidade de se exercer algo, já que o Plano de Ações Restritas não utiliza o conceito de opções.

(h) Forma de liquidação

A liquidação é feita por meio da transferência, a título não oneroso, por meio de operação privada, para o nome dos Beneficiários, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do término de cada Período de Carência, ou outra data prevista no Contrato de Outorga, conforme aplicável, a quantidade de Ações de *Matching* a que os Beneficiários façam jus, observado que a Companhia arcará com eventuais custos operacionais junto ao agente escriturador para a transferência de tais Ações de *Matching*.

Alternativamente, caso, a cada data de aquisição de direitos relacionados às Ações de *Matching*, conforme previsto no Plano, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações de *Matching* pelos respectivos Beneficiários, a Companhia poderá, mediante decisão do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável, pagar aos Beneficiários em moeda corrente nacional o valor bruto equivalente a tais Ações de *Matching*, sendo que o valor de referidas Ações de *Matching* será calculado considerando o preço de cotação da Ação de *Matching* definido pelo Conselho de Administração, que poderá ser uma média de determinado período de negociação, sendo certo que o referido valor será líquido dos tributos eventualmente incidentes, inclusive o IRRF, os quais serão retidos pela Companhia.

(i) Restrições à transferência de ações

O Contrato de Outorga poderá impor restrições à transferência das Ações de *Matching*, bem como poderá também reservar para a Companhia opções de recompra a valor de mercado e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelos Beneficiários dessas mesmas Ações de *Matching*. Para que não parem dúvidas, uma vez celebrado o Contrato de Outorga com o Beneficiário, as condições lá estabelecidas não poderão ser alteradas sem o consentimento do Beneficiário. Na primeira outorga realizada nos termos do Plano, não há período de restrição à transferência de ações (*lock-up*), ou demais particularidades em relação à transferência das ações.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano pode ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais do Plano, poderá levar à revisão integral do Plano.

Em caso de ocorrência de operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, deverá ser respeitado o Plano, cabendo ao Conselho de Administração avaliar se será necessário realizar qualquer ajuste no Plano, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como

resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração, avaliar a necessidade de ajustes no Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Se o Beneficiário: (i) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador; ou (ii) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador ou não recondução ao cargo de administrador sem violação dos deveres e atribuições de administrador; (a) após o término do Período de Carência e desde que tenha cumprido a condição de manter a plena propriedade das Ações Próprias nos termos do Plano, o Beneficiário terá direito a receber as Ações de *Matching*, inclusive as decorrentes dos Proventos Acumulados nos termos do Plano, as quais serão transferidas ao Beneficiário pela Companhia nos termos do Plano, ou (b) antes do término do Período de Carência, as Ações de *Matching* outorgadas ao Beneficiário serão automaticamente canceladas, independentemente de aviso ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização, prêmio ou benefício de qualquer natureza.

Se o Beneficiário for desligado da Companhia por vontade desta em virtude da aposentadoria do Beneficiário, nos termos do Plano, mediante demissão ou destituição do seu cargo ou não recondução ao cargo de administrador, as Ações de *Matching* outorgadas ao Beneficiário se tornarão imediatamente vestidas e o Beneficiário terá direito a receber as Ações de *Matching*, inclusive aquelas decorrentes dos Proventos Acumulados, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do seu desligamento.

Se o Desligamento do Beneficiário se der em virtude de sua morte, as Ações de *Matching* outorgadas ao Beneficiário se tornarão imediatamente vestidas e os herdeiros do Beneficiário se sub-rogarão nos direitos do Beneficiário e terão direito a receber as Ações de *Matching*, inclusive decorrentes dos respectivos Proventos Acumulados, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do seu desligamento.

Se o Beneficiário for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo (ou não recondução ao cargo) por violar os deveres e atribuições de administrador, tais como os previstos nos arts. 153 a 157 da Lei 6.404/76; desídia do Beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; condenação penal relacionada a crimes dolosos; a prática, pelo Beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário celebrado pelo Beneficiário com a Companhia e/ou com as sociedades sob o seu controle, se aplicável; ou ainda o descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis; o Beneficiário nada receberá a título de Ações de *Matching*, inclusive decorrentes dos respectivos Proventos Acumulados, tenha cumprido ou não o Período

de Carência, e todas as Ações de *Matching* serão automaticamente canceladas, independentemente de aviso ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização ou benefício de qualquer natureza.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, estabelecer regras específicas ou deixar de observar as regras estipuladas nas cláusulas do Plano, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

Plano Discricionário

(a) Termos e Condições Gerais

Foi outorgado um novo plano de outorga de ações, denominado “Plano de Outorga de Ações Restritas (Programa Discricionário)”.

São elegíveis ao plano os administradores e empregados da Companhia admitidos até julho de cada ano em que ocorra outorga de ações preferenciais de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. sob o código ALPA4, nos termos do Plano (“Ações Restritas”), eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano e que manifestaram a vontade de aderir ao presente Plano mediante a celebração do respectivo instrumento particular de outorga de Ações Restritas (“Contrato de Outorga” e “Beneficiários”, respectivamente).

(b) data de aprovação e órgão responsável

Aprovado pelo Conselho de Administração da Alpargatas, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019 (“Plano Discricionário” ou “Plano”).

(c) Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, ações representativas de, no máximo, 1% (um por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano, o qual poderá ser ajustado em casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, se o Conselho de Administração avaliar como necessários ajustes no Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

O plano não prevê outorgas de opções e sim somente de ações

(e) Condições de aquisição de ações

Exceto se de outra forma previsto no Plano e respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas, especialmente o direito de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante um período de 05 (cinco) anos, contados da data de outorga, exceto se de outra forma estabelecido no Contrato de Outorga (“Período de Carência”) e, cumulativamente, o preço de cotação da ação preferencial de emissão da Companhia (código ALPA4) na data de término do Período de Carência em questão (ou o primeiro dia útil seguinte, se tal data não cair em um dia útil) deverá representar uma valorização, em relação ao preço equivalente à média de cotação da ação preferencial (código ALPA4) nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data da reunião do Conselho de Administração que aprovar a outorga de Ações Restritas - exceto se de outra forma prevista por este órgão - em montante superior à variação do IPCA/IBGE no Período de Carência em questão, acrescido de 3% (três por cento) ao ano, sujeito a ajustes decorrentes de desdobramento de ações, grupamento de ações e/ou outros eventos que possam afetar a comparação entre os preços acima, conforme calculado e definido pelo Conselho de Administração (“Meta de Valorização da Ação”).

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de cotação da ação preferencial de emissão da Companhia (código ALPA4) na data de término do Período de Carência em questão (ou o primeiro dia útil seguinte, se tal data não cair em um dia útil) deverá representar uma valorização, em relação ao preço equivalente à média de cotação da ação preferencial (código ALPA4) nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data da reunião do Conselho de Administração que aprovar a outorga de Ações Restritas - exceto se de outra forma prevista por este órgão - em montante superior à variação do IPCA/IBGE no Período de Carência em questão, acrescido de 3% (três por cento) ao ano, sujeito a ajustes decorrentes de desdobramento de ações, grupamento de ações e/ou outros eventos que possam afetar a comparação entre os preços acima, conforme calculado e definido pelo Conselho de Administração (“Meta de Valorização da Ação”).

(g) Critérios para fixação do prazo de exercício

Ao fim da carência, caso todas as condições tenham sido atingidas, as ações são automaticamente entregues aos beneficiários. Caso contrário, haverá a prescrição das ações restritas. Assim, não há a necessidade de se solicitar o resgate das ações restritas, ou mesmo a necessidade de se exercer algo, já que o Plano de Ações Restritas não utiliza o conceito de opções.

(h) Forma de liquidação

A liquidação é feita por meio da transferência, a título não oneroso, por meio de operação privada, para o nome dos Beneficiários, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do término de cada Período de Carência, ou outra data prevista no Contrato de Outorga, conforme aplicável, a quantidade de Ações Restritas a que os Beneficiários

façam jus, observado que a Companhia arcará com eventuais custos operacionais junto ao agente escriturador para a transferência de tais Ações Restritas.

Alternativamente, caso, a cada data de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas, conforme previsto no Plano, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações Restritas pelos respectivos Beneficiários, a Companhia poderá, mediante decisão do Conselho de Administração ou do Comitê de Gente e Gestão da Companhia (“Comitê”), conforme aplicável, pagar aos Beneficiários em moeda corrente nacional o valor bruto equivalente a tais Ações Restritas, sendo que o valor de referidas Ações Restritas será calculado considerando o preço de cotação da Ação Restrita definido pelo Conselho de Administração, que poderá ser uma média de determinado período de negociação, sendo certo que o referido valor será líquido dos tributos eventualmente incidentes, inclusive o IRRF, os quais serão retidos pela Companhia.

(i) Restrições à transferência de ações

O Contrato de Outorga poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas, bem como poderá também reservar para a Companhia opções de recompra a valor de mercado e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelos Beneficiários dessas mesmas Ações Discricionárias. Para que não parem dúvidas, uma vez celebrado o Contrato de Outorga com o Beneficiário, as condições lá estabelecidas não poderão ser alteradas sem o consentimento do Beneficiário. Na primeira outorga realizada nos termos do Plano, não há período de restrição à transferência de ações (*lock-up*), ou demais particularidades em relação à transferência das ações.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano pode ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais do Plano, poderá levar à revisão integral do Plano.

Em caso de ocorrência de operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, deverá ser respeitado o Plano, cabendo ao Conselho de Administração ou ao Comitê, conforme aplicável, avaliar se será necessário realizar qualquer ajuste no Plano, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração, avaliar a necessidade de ajustes no Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Se o Beneficiário: (i) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador; ou (ii) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador ou não recondução ao cargo de administrador sem violação dos deveres e atribuições de administrador; (a) após o término do Período de Carência e desde que tenha cumprido a condição de manter a plena propriedade das Ações Próprias nos termos deste Plano, o Beneficiário terá direito a receber as Ações Restritas, inclusive as decorrentes dos respectivos Proventos Acumulados nos termos do Plano, as quais serão transferidas ao Beneficiário pela Companhia nos termos do Plano, ou (b) antes do término do Período de Carência, as Ações Restritas outorgadas ao Beneficiário serão automaticamente canceladas, independentemente de aviso ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização, prêmio ou benefício de qualquer natureza.

Se o Beneficiário for desligado da Companhia por vontade desta em virtude da aposentadoria do Beneficiário, nos termos do Plano, mediante demissão ou destituição do seu cargo ou não recondução ao cargo de administrador, as Ações Restritas outorgadas ao Beneficiário se tornarão imediatamente vestidas e o Beneficiário terá direito a receber as Ações Restritas, inclusive aquelas decorrentes dos Proventos Acumulados, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do seu desligamento.

Se o desligamento do Beneficiário se der em virtude de sua morte, as Ações Restritas outorgadas ao Beneficiário se tornarão imediatamente vestidas e os herdeiros do Beneficiário se sub-rogarão nos direitos do Beneficiário e terão direito a receber as Ações Restritas, inclusive decorrentes dos respectivos Proventos Acumulados, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do seu desligamento.

Se o Beneficiário for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo (ou não recondução ao cargo) por violar os deveres e atribuições de administrador, tais como os previstos nos arts. 153 a 157 da Lei 6.404/76; desídia do Beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; condenação penal relacionada a crimes dolosos; a prática, pelo Beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário celebrado pelo Beneficiário com a Companhia e/ou com a sociedades sob o seu controle, se aplicável; ou ainda o descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis; o Beneficiário nada receberá a título de Ações Restritas, inclusive decorrentes dos respectivos Proventos Acumulados, tenha cumprido ou não o Período de Carência, e todas as Ações Restritas serão automaticamente canceladas, independentemente de aviso ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização ou benefício de qualquer natureza.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, estabelecer regras específicas ou deixar de observar as regras estipuladas nas cláusulas do Plano, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Os planos de incentivo de longo prazo vigentes da Alpargatas não possuem estrutura de opções de compra, tratando-se de planos de outorga de ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os planos de incentivo de longo prazo vigentes da Alpargatas não possuem estrutura de opções de compra, tratando-se de planos de outorga de ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os planos de incentivo de longo prazo vigentes da Alpargatas não possuem estrutura de opções de compra, tratando-se de planos de outorga de ações.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os planos de incentivo de longo prazo vigentes da Alpargatas não possuem estrutura de opções de compra, tratando-se de planos de outorga de ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

8.9.a	2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.9.b	Nº total de membros	2,00	4,00	N/A	6,00
8.9.c	Nº de membros remunerados	2,00	4,00	N/A	6,00
8.9.d	Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,18%	0,79%	0,00%	0,97%

8.9.a	2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.9.b	Nº total de membros	2,00	3,92	N/A	5,92
8.9.c	Nº de membros remunerados	2,00	3,92	N/A	5,92
8.9.d	Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,16%	0,71%	N/A	0,87%

8.9.a	2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.9.b	Nº total de membros	0,00	0,00	N/A	0,00
8.9.c	Nº de membros remunerados	0,00	0,00	N/A	0,00
8.9.d	Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,14%	0,73%	N/A	0,87%

8.9.a	2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.9.b	Nº total de membros	8,00	4,00	N/A	12,00
8.9.c	Nº de membros remunerados	7,67	4,00	N/A	11,67
8.9.d	Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,68%	N/A	0,68%

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

8.10.a	Discricionário 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	2,00	4,00	N/A	6,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	2,00	4,00	N/A	6,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	150.000	350.000	N/A	500.000
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	5 anos	5 anos	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A	0,00
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A	0,00

8.10.a	Matching 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	4,00	N/A	4,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	4,00	N/A	4,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	160.000	N/A	160.000
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	3 anos	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A	0,00
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A	0,00

8.10.a	Discricionário Especial de Retenção 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	2,00	N/A	2,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	2,00	N/A	2,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	31/03/2024	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	241.545	N/A	241.545
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	47.208,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	6,29	N/A	6,29
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.519.318,05	N/A	1.519.318,05

8.10.a	ILP CAD 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	2,00	N/A	N/A	2,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	2,00	N/A	N/A	2,00
8.10.d	Data de outorga	01/10/2024	N/A	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	123.484	N/A	N/A	123.484
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	45.931,00	N/A	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	3,16	N/A	N/A	3,16
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	390.505,96	N/A	N/A	390.505,96

8.10.a	Discricionário 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	3,00	N/A	3,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	3,00	N/A	3,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	01/10/2024	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	424.335	N/A	424.335
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	47.392,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	4,68	N/A	4,68
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.985.887,80	N/A	1.985.887,80

8.10.a	Matching Especial de Admissão 01/02/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	45.323,00	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	416.667	N/A	416.667
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	46.419,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	8,40	N/A	8,40
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	3.500.002,80	N/A	3.500.002,80

8.10.a	Plano Discricionário Especial 01/02/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	45.323,00	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	2.200.000	N/A	2.200.000
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	47.150,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	5,47	N/A	5,47
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	12.034.000,00	N/A	12.034.000,00

8.10.a	Programa de Matching 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	3,00	N/A	3,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	3,00	N/A	3,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	45.352,00	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	117.006	N/A	117.006
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	46.447,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	9,07	N/A	9,07
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.061.244,42	N/A	1.061.244,42

8.10.a	Discricionário 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	3,00	N/A	3,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	3,00	N/A	3,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	02/10/2023	N/A	0,00
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	414.360	N/A	414.360
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A	0,00
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	0,00
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	3,99	N/A	3,99
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.653.296,40	N/A	1.653.296,40

8.10.a	Discricionário_extra_2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	01/03/2023	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	155.844	N/A	155.844
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	46.813,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	8,68	N/A	8,68
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.353.154,75	N/A	1.353.154,75

8.10.a	ILP CAD 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	2,00	N/A	N/A	2,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	2,00	N/A	N/A	2,00
8.10.d	Data de outorga	02/10/2023	N/A	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	103.234	N/A	N/A	103.234
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	46.297,00	N/A	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	0,86	N/A	N/A	0,86
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	89.218,46	N/A	N/A	89.218,46

8.10.a	ILP Phantom Especial	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	1,00	N/A	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	1,00	N/A	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	02/05/2023	N/A	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	800.000	N/A	N/A	800.000
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	46.144,00	N/A	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	7,79	N/A	N/A	7,79
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	6.232.000,00	N/A	N/A	6.232.000,00

8.10.a	Matching Especial Admissão 03/04/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	03/04/2023	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	552.147	N/A	552.147
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	46.115,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	8,15	N/A	8,15
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	4.499.998,05	N/A	4.499.998,05

8.10.a	Discricionário 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	01/10/2022	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	30.699	N/A	30.699
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	16,08	N/A	16,08
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	493.639,92	N/A	493.639,92

8.10.a	Discricionário 2022.2	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	01/10/2022	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	42.756	N/A	42.756
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	46.661,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	16,08	N/A	16,08
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	687.516,48	N/A	687.516,48

8.10.a	ILP CAD 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	2,00	N/A	N/A	2,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	2,00	N/A	N/A	2,00
8.10.d	Data de outorga	01/10/2022	N/A	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	48.002	N/A	N/A	48.002
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	45.931,00	N/A	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	20,51	N/A	N/A	20,51
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	984.521,02	N/A	N/A	984.521,02

8.10.a	Programa de Matching 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	01/04/2022	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	9.888	N/A	9.888
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	45.748,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	27,28	N/A	27,28
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	269.744,64	N/A	269.744,64

8.10.a	Programa de Matching 2022.2	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.10.b	Nº total de membros	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.c	Nº de membros remunerados	N/A	1,00	N/A	1,00
8.10.d	Data de outorga	N/A	01/04/2022	N/A	N/A
8.10.e	Quantidade de ações outorgadas	N/A	11.486	N/A	11.486
8.10.f	Prazo máximo para entrega das ações	N/A	45.748,00	N/A	N/A
8.10.g	Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
8.10.h	Valor justo das ações na data da outorga	N/A	27,28	N/A	27,28
8.10.i	Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	313.338,08	N/A	313.338,08

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

8.11.a	2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.11.b	Nº total de membros	N/A	2,00	N/A	2,00
8.11.c	Nº de membros remunerados	N/A	2,00	N/A	2,00
8.11.d	Número de ações	N/A	9.516	N/A	9.516
8.11.e	Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 9,30	N/A	R\$ 9,30
8.11.f	Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 40,32	N/A	R\$ 40,32
8.11.g	Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 295.186,32	N/A	R\$ 295.186,32

8.11.a	2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.11.b	Nº total de membros	0	3,41	N/A	3,41
8.11.c	Nº de membros remunerados	0	2,25	N/A	2,25
8.11.d	Número de ações	N/A	5.449.028	N/A	5.449.028
8.11.e	Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 7,82	N/A	R\$ 7,82
8.11.f	Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 30,71	N/A	R\$ 30,71
8.11.g	Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 124.728.251	N/A	R\$ 124.728.251

8.11.a	2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
8.11.b	Nº total de membros	8	4,00	N/A	12,00
8.11.c	Nº de membros remunerados	2	1,00	N/A	3,00
8.11.d	Número de ações	28274	11.394	N/A	39.668
8.11.e	Preço médio ponderado de aquisição	0	R\$ -	N/A	R\$ -
8.11.f	Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	21,22	R\$ 21,96	N/A	R\$ 43,18
8.11.g	Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 599.974	R\$ 250.212	N/A	R\$ 850.187

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

	Variável	Discrecionário Especial de Retenção	Matching Especial Admissão 03/04/2023	Discrecionário 2023	ILP CAD 2023	ILP Phantom Especial	Discrecionário 2024
8.12.a	Modelo de Precificação	Monte Carlo	Ultimo Pregão	Ultimo Pregão	Monte Carlo	Ultimo Pregão	Ultimo Pregão
8.12.b	Preço Médio Ponderado das Ações	9,31	8,15	9,0961	9,02	7,79	8,58
8.12.b	Preço de Exercício	0	0	0	0	0	0
8.12.b	Volatilidade Esperada	46,2%	0,0%	52,2%	20,8%	0,0%	0,0%
8.12.b	Prazo de vida da opção	4,01 anos	3 anos	5,01 anos	2,16 anos	3 anos	5 anos
8.12.b	Dividendos Esperados	0	0	0	0	0	0
8.12.b	Taxa de juros livre de riscos	10,4%	0,0%	11,2%	12,7%	0,0%	0,0%
8.12.c	Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
8.12.d	Forma de determinação da volatilidade esperada	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão
8.12.e	Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

	Variável	ILP CAD 2024	Discrecionário 2022	Discrecionário 2022.2	ILP CAD 2022	Programa de Matching 2022	Programa de Matching 2022.2
8.12.a	Modelo de Precificação	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Ultimo Pregão	Ultimo Pregão
8.12.b	Preço Médio Ponderado das Ações	8,58	20,51	20,51	20,51	25,11	25,11
8.12.b	Preço de Exercício	0	0	0	0	0	0
8.12.b	Volatilidade Esperada	40,3%	51,3%	51,3%	40,3%	0,0%	0,0%
8.12.b	Prazo de vida da opção	1 anos	5 anos	5 anos	2 anos	3 anos	3 anos
8.12.b	Dividendos Esperados	0	0	0	0	0	0
8.12.b	Taxa de juros livre de riscos	14,8%	0,0%	0,0%	13,5%	0,0%	0,0%
8.12.c	Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
8.12.d	Forma de determinação da volatilidade esperada	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão
8.12.e	Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

	Variável	Programa de Matching 2024	Discrecionário_extra_2023	Matching Especial de Admissão 01/02/2024	Plano Discrecionário Especial 01/02/2024		
8.12.a	Modelo de Precificação	Ultimo Pregão	Monte Carlo	Ultimo Pregão	Monte Carlo		
8.12.b	Preço Médio Ponderado das Ações	10,05	11,55	8,4	7,93		
8.12.b	Preço de Exercício	0	0	0	0		
8.12.b	Volatilidade Esperada	0,0%	50,5%	0,0%	48,2%		
8.12.b	Prazo de vida da opção	3 anos	5,01 anos	3 anos	5,01 anos		
8.12.b	Dividendos Esperados	0	0	0	0		
8.12.b	Taxa de juros livre de riscos	0,0%	13,1%	0,0%	10,0%		
8.12.c	Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	N/A	N/A	N/A	N/A		
8.12.d	Forma de determinação da volatilidade esperada	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão	Desvio Padrão		
8.12.e	Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A	N/A		

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

ALPARGATAS S.A.			
ORGÃO	Ações ON (ALPA3)	Ações PN (ALPA4)	Total de Ações
Conselho de Adm	31.693.590	55.855.032	87.548.622
Comitês de Assessoramento	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	1.153.281	1.153.281
Total em 31/12/2024	31.693.590	57.008.313	88.701.903

ITAÚSA S.A.			
ORGÃO	Ações ON (ALPA3)	Ações PN (ALPA4)	Total de Ações
Conselho de Adm	370.949.086	283.638.013	654.587.099
Comitês de Assessoramento	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-
Total em 31/12/2024	370.949.086	283.638.013	654.587.099

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
DADOS	INFORMAÇÕES
Número de membros	4
Número de membros remunerados	4
Nome do plano	Alpaprev - Sociedade de Previdência Complementar
Quantidade de administradores que reúnem as condições para de aposentar	1
Condições para se aposentar antecipadamente	Idade mínima de 55 anos e tempo de serviço mínimo de 10 anos
Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.859.816,67
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 710.408,60
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Após 3 anos de empresa e, em caso de rescisão contratual, o executivo poderá optar pelo resgate de 100% de suas contribuições, acrescidas de 2% do saldo da Patrocinadora por ano completo trabalhado, limitado a 40%

8.15. Remuneração Individual Máxima, Mínima e Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
R\$/mil	Real 2024	Real 2023	Real 2022
Número de Membros	8,00	8,00	8,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	7,67
Maior Remuneração	1772,8	3804,8	572,5
Menor Remuneração	420,0	420,0	284,7
Remuneração Média	664,2	855,3	441,2

DIRETORIA ESTATUTÁRIA			
R\$/mil	Real 2024	Real 2023	Real 2022
Número de Membros	3,91	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	3,91	4,00	4,00
Maior Remuneração	9002,2	3072,5	10897,8
Menor Remuneração	3654,9	1797,4	1970,7
Remuneração Média	5956,8	2434,9	4580,8

8.16. Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em caso de Destituição do Cargo ou de Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Alpargatas mantém para seus executivos apólice de seguros sobre responsabilidade civil, conhecido como seguro D&O, com o objetivo de proteger contra ações individuais. Esta apólice, renovada anualmente, estipula limites de cobertas e cláusulas específicas para acionamento. O impacto financeiro para a empresa é o custo anual da apólice.

8.17. Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores e Membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

ORGÃO	2024	2023	2022
Conselho Administração	45%	29%	57%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%

Nota: O Conselho Fiscal não é instalado desde 2018.

8.18. Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Nos últimos três exercícios sociais não houve remuneração paga pela Alpargatas aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Nos últimos três exercícios sociais não foram reconhecidos valores nos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, nem para o Conselho Fiscal, por não ter sido instalado.

8.20. Outras Informações Relevantes

Outras informações relevantes

Abaixo, encontram-se descritos os encargos sobre a remuneração da administração prevista para o exercício social atual e com relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais.

ENCARGOS SOBRE SALÁRIOS, INCENTIVO DE CURTO E LONGO PRAZOS				
R\$/mil	Previsão para Exercício social 2025	Exercício social encerrado em 2024	Exercício social encerrado em 2023	Exercício social encerrado em 2022
Conselho de Administração	1.236,47	1.088,52	1.440,13	1.094,59
Diretoria Estatutária	5.718,41	5.382,99	2.375,16	1.679,66
Total	6.954,88	6.471,50	3.815,28	2.774,26
